

Nº 530

ELSA FIGUEIREDO
REC-25/10/07/06
PODER POPULAR
Luta de classes em Cujancas
(Ver pág. 28)

PODER POPULAR

ALGARVE do



ALGARVE
«Praias de sonho»...
mas a realidade é outra!

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL

NORMAS DE HIGIENE

DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS ALIMENTARES



Todo o produto alimentar não embalado, deve ser manuseado apenas com garfos, pinças, colheres, etc.



Todos os produtos alimentares comprados pelo cliente, são de consumo obrigatório, não podendo ser trocados, ou devolvidos, a menos que estejam protegidos por embalagens individuais

Mãos de um povo com lágrimas

Ano 1 * Número 9
30 de Setembro de 1975 * Mensal

Propriedade

Ministério da Comunicação Social

Redacção e administração

Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa

Chefe de redacção

António Tavares-Teles

Redacção

Francisco Teixeira da Mota
António Batista da Silva
João César B. de Sousa

Colaboração

Diamantino Trindade
Filipe Rocha da Silva
Maria de Lurdes Pires Neves
Emanuel Félix

Reportagem fotográfica

Eurico Chalbert
Alberto Gouveia
António Costa Mota

Paginação

Luis Osório
Abreu Lima

Pesquisa

Ethel Silva

Secretária

Maria do Rosário Valdívia

Composição e impressão

Anuário Comercial de Portugal

SUMÁRIO

- 1 — Correio do Povo
- 6 — Reportagem
- 15 — Informação
- 23 — Poesia
- 24 — História
- 26 — Cultura
- 28 — Poder popular

DESTACÁVEL: *Um tipo*, um texto de Manuel Mendes

CAPA: *Algarve, duas realidades*, de António Costa Mota

Tiragem

40 000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

É através desta minha carta que me dirijo a vocês a fim de pôr a nu qual o meu interesse quanto à vossa revista. Pois senti nela o desabafo de um povo, que durante anos foi submetido aos mais horrorosos crimes do fascismo. Mas finalmente o 25 de Abril trouxe-nos um novo dia, uma nova luz que iluminou o coração de um povo explorado.

Pois eu vi nascer este dia num ambiente tranquilo; basta dizer que nasci e vivo num monte alentejano, aqui não chega o jornal, a televisão nem a luz eléctrica, apenas a rádio que nos informa do que vai pelo mundo, mas infelizmente mesmo sendo a única fonte de informação que aqui temos, apenas poucas horas diárias lhe podemos dedicar, porque na medida em que o trabalho do campo nos esgota fisicamente, necessitamos de ter uma longa noite para dormirmos a fim de recuperarmos. Também aqui nos interrogamos porque é que este povo do campo que trabalha apenas tem alguns dias de férias, onde outros têm um mês. Porquê? Não sei! Será porque na oficina trabalham mais? Será porque o trabalhador rural não se considera um povo português? Eu nasci no Alentejo, onde a vida na cidade, aldeia ou vila me é indiferente, longe de viver com jovens da minha idade (18 anos). Mas no fundo causa-me alegria ao apertar as mãos calejadas às minhas calejadas mãos. Mãos de um povo que ansiava ardentemente nascer de novo. Mãos de um povo com lágrimas de ser explorado. Sim eu vi nascer esse dia que trouxe luz e iluminou o meu e o teu coração.

Vi nascer um 25 de Abril
Com uma certa emoção
Vi acordar um povo
Que vivia na escuridão.

Vi um sol brilhar
Ao nascer de um novo dia
Vi cravos desfraldos
Anunciando alegria.

Vi um povo acordar
Com o coração enlutado
Trazendo em cada mão
Lágrimas de ter chorado.

Apanhei do chão terra
E apertei-a contra o meu peito
Dizendo! a terra é do povo
Porque até da terra o povo é feito.

Apertei mãos calejadas
Neste Alentejo sem fim
Rasgando horizontes
Que eram fechados, a ti e a mim

Levantei meus braços ao vento
Saboreei o mar salgado
Ajudei a um povo a gritar
Não! Não quero ser explorado.

Senti um sorriso
No povo de Portugal
Ouvi um povo gritar
Somos livres afinal.

António Joaquim Correia
Monte da Chaminé — Abegoaria

Ferreira do Alentejo

CRÍTICA CONSTRUTIVA

Agora com o plano de Acção Política do MFA dando mais autonomia ao povo e reduzindo o papel dos partidos, talvez o problema se modifique. Mas pergunto:

Até que ponto esse plano não vai beneficiar os trabalhadores que pela sua organização política e económica se encontram num nível democrático muito mais avançado que outros.

Tenho constatado que os que mais precisam são os que menos falam e os que menos agem, talvez não por serem mais pacatos, mas porque se encontram pior organizados. Quero dizer que a agricultura é um sector muito difícil, senão o mais difícil, para os trabalhadores saberem o que querem e aqui infelizmente vive-se exclusivamente do pão de cada dia. Quero acrescentar que não assumi uma atitude reaccionária ao escrever estas palavras mas sim a verdade pura e simples que se vive

nesta aldeia, pois a crítica quando construtiva sempre é necessária, já que ignorar as realidades talvez seja o pior erro que se passa aqui presentemente.

Jorge Martins
Cambas — Caneiros
Beira Baixa

Se bem que a miséria e o analfabetismo estejam identicamente distribuídos por todo o País, é bem certo que algumas regiões se «encontram num nível democrático muito mais avançado que outras», como muito justamente afirma o nosso correspondente. Fruto de uma diferente distribuição dos meios de produção, essa situação de facto é susceptível de provocar evoluções distintas nas diversas regiões. Mas o poder popular é, sobretudo, a capacidade assumida pelas diversas populações de colocar e resolver democraticamente os seus

problemas. E de desenvolver, desse modo, as formas culturais que lhes são próprias. Pertencerá à Revolução nacional harmonizar esses desenvolvimentos, aparentemente não harmoniosos. O Plano de Acção Política e, sobretudo, o Documento-guia da Aliança Povo-MFA, foram justamente propostos com esse objectivo.

FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO

Moro numa aldeia piscatória que se chama Afurada, um centro bastante populacional, mas dá-se o caso que enquanto o País luta pela debelação da cólera e outras doenças do género aqui nesta aldeia não existem esgotos para as centenas ou talvez milhares de casas aqui existentes, algumas têm fossas mas aquelas que as não têm vão fazer os despejos a um determinado sítio, que por ironia do destino é a rua principal onde passa toda o trânsito porque dá acesso à Ponte da Arrábida, e onde nós todos temos de passar mas com as narinas tapadas por não se poder suportar o cheiro, ainda que o carro do lixo lá vá 2 ou 3 vezes por semana tirar o lixo mas deixam tudo espalhado o que ainda fica pior porque não é lavado e desinfectado, isso é na Afurada de Cima porque na Afurada de Baixo vão fazer os despejos ao rio que já lá tem uma completa lixeira e é mesmo em cima dessa imundície que se vê agora nesta altura andarem dezenas de crianças a tomarem banho.

Não haverá uma maneira de evitar isto?

Joaquim Jesus Passos
Rua Abílio de Azevedo, 416-1.º, Dto.
— Afurada
Vila Nova de Gaia

Creemos que seria de começar por pôr o problema à Junta de Freguesia; em seguida, à Comissão de moradores, se existir. Elas poderão sensibilizar a Câmara Municipal para o estado de coisas lamentável que nos descreve e ajudar a resolvê-lo.

FALTA DE ÁGUA E DE SANEAMENTO

Cumpr-me informar e agradecer a recepção da Revista *Correio do Povo* que tenho lido e distribuído a outras pessoas desta Freguesia, que tem o nome de Santa Maria de Mujães, aldeia com cerca de 340 fogos, com uma população compreendida em cerca de 1300 habitantes (embora muitos estão emigrados).

Situa-se esta humilde freguesia, a poucos quilómetros do rio Lima, e a 12 da cidade de Viana do Castelo, província do Alto Minho, a quem outrora alguém alcunhou de sermos reacçãoários, mas que o não somos. Efectivamente, e como acima refiro, tenho lido, e considerado certas necessidades de outras terras deste nosso Portugal, a quem eu me posso aliar com a mesma dor, pois quando se pede, é porque as circunstâncias assim o permitem.

Sou Presidente da Comissão Administrativa desta freguesia, nem sequer há ano: quando aceitei, fi-lo com a convicção de trabalhar, e dar todo o meu esforço e sabedoria, em amor à terra que habito: eu e todos os elementos que formam esta Comissão de Freguesia: todos fizemos o mesmo juramento, no acto de posse perante o Senhor Presidente da Câmara, perante a Nação, pela qual, nos mantemos intransigentes. No entanto, várias necessidades nos afligem, não só a nós, mas em geral, todo o povo desta freguesia. Nesta freguesia com a população acima referida, apenas existem dois fontanários públicos, que longe de se poderem considerar remediáveis — um no lugar da Casqueira e outro no lugar do Paço: são triste remédio daquele povo. Mas ainda mais flagrante, no que diz respeito a fontanários ou águas potáveis existe no lugar de Mámoa, um lugar da freguesia com cerca de 40% da população desta freguesia, não possui um único fontanário!!! Existem na verdade dois «chafurdos» que nem os animais podem beber; no entanto, o povo tem que a utilizar, sob pena de qualquer doença. Fala-se em combater a cólera, com o tão conhecido hipoclorito que as delegações de Saúde dão como desinfectante. Mas eu pergunto: Como se pode fazer a distribuição do tal hipoclorito se não há água??? Seria necessário que as entidades competentes olhassem também para os povos do Minho, que também é Portugal e ver com os seus próprios olhos das necessidades desta freguesia de SANTA MARIA DE MUJÃES. Também é verdade que nos montes desta freguesia há água que abasteceria toda a população. Necessitávamos para tal de auxílio para a canalização; pois o povo está sacrificado, mas continuará com o mesmo, pois a hora é de sacrifício; e por isso já ofereceu à Junta desta Freguesia 104 000\$00 (isto só o atrás referido lugar de Mámoa aquele que está em piores circunstâncias de água).

Esta Comissão de Junta não tem poupado esforços, canseiras e, até dispêndio daquilo que está fora do seu alcance para a conquista de água para beber; mas infelizmente, têm sido infrutíferas: há tempos solicitámos por officio para a RTP para que viessem cá, pois seria elucidativo para as autoridades competentes, cuja resposta foi SIM

mas os operadores da Radiotelevisão Portuguesa ficaram em Lisboa.

Mas creia-nos, sinceros ALIADOS-POVO-MFA.

Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Mujães
António Martins de Sá

Existe um projecto de reestruturação administrativa do País que prevê uma ampla descentralização. Dessa descentralização resultará uma muito maior autonomia financeira para os concelhos e freguesias, que poderá ajudar a resolver mais facilmente, e sem passar por Lisboa, esse tipo de problemas. Por outro lado, ainda no nosso penúltimo número nós anunciamos um crédito especial de 590 000 contos para as autarquias locais. São estes dois elementos de resposta às questões levantadas pelo nosso leitor.

QUANDO A EXTINÇÃO DOS FOROS?

Eu agradecia-lhe se podia mandar esclarecimentos dos foros, se estão ausentes de pagamentos; tenho uma propriedade foreira, eu e outros, os senhorios em 30 anos receberam o preço do trigo a 30\$00, o dobro da lei do trigo, depois quando os foreiros souberam que o preço da lei do trigo era metade do preço que eles queriam, foram para pagar só o preço da lei que era 15\$00 cada alqueire e eles não quiseram receber, foram para tribunal, perderam a questão no tribunal de Torres Novas, perderam no tribunal de Coimbra, foram para o tribunal de Lisboa, perderam, voltou o processo a Torres Novas perderam novamente, depois começaram a receber a lei. O ano passado queriam receber a 38\$00 mas só receberam a lei que é 15\$00. Se os ministros reuniram no dia 21 ou 22 de Agosto, se acabaram com os foros, eu gostava de saber a verdade que os foros são pagos a 29 de Setembro, para eu não pagar mais foros.

João Fernandes Gramacho
Alcorochel — Torres Novas

Foi aprovado, pelo V Governo, um projecto de decreto-lei que determina a extinção dos foros, passando imediatamente os prédios rústicos sujeitos a esse regime à propriedade plena do titular do domínio útil, ou seja do foreiro «enfiteuta». Esse decreto-lei não foi ainda assinado pelo Presidente da República para a sua publicação no «Diário do Governo», esperando-se que assim suceda, a todo o momento.

OCUPAÇÃO DE TERRA INCULTA E SEM DONO

Respeitosamente se solicita a V. Ex.^a que por intermédio da rubrica com o mesmo título da revista ou directamente me informe se será possível eu assenorear-me dum pedaço de terreno inculto e sem dono (foro) que desejava cultivar para tanto aqui é esta parcela conhecida por «Courela do Povo».

Pois estamos no tempo «a terra a quem trabalha». Se possível como proceder ou quem me devo dirigir para tal fim?

J. M. Marques
Pereiro Cimeiro — Amêndoa
Beira Baixa

O terreno a que se refere não deve ser um foro, no caso de o ser teria proprietário e estaria sujeito ao regime correspondente, que está, aliás, em vias de extinção. Poderá ser um baldio e, então é propriedade da população do Pereiro. Deverá, pois, pôr o problema aos habitantes dessa aldeia, que decidirão do destino a dar ao terreno em questão.

REABILITAÇÃO E PROTECÇÃO AOS DIMINUIDOS E IDOSOS

Em 1960, foi-me fornecido um triciclo motorizado pelos então Serviços do Instituto de Assistência à Família. Como sou deficiente da mobilidade, só me é possível deslocar-me com o auxílio deste carrinho. Aconteceu, agora, que devido aos muitos anos que já tem de serviço, se encontra em muito mau estado de funcionamento. Como não posso prescindir deste carrinho porque tenho forçosamente que o utilizar, necessitava que o mesmo me fosse substituído por outro em melhores condições, isto é, capaz de ser utilizado para o fim a que se destina.

Como não sei como e aonde tratar deste assunto, muito agradecia todo o contributo que me pudessem prestar, no sentido de me ajudarem na resolução deste problema.

António Henriques
Retaxo — Beira Baixa

Deverá dirigir-se ao Serviço de Reabilitação e Protecção aos Diminuídos e Idosos, Travessa da Arrochela, 56, Lisboa, através de uma carta em que relate o caso que refere e em que envie um orçamento da reparação possível do triciclo. Esse Serviço fornecer-lhe-á o dinheiro necessário para essa reparação ou um triciclo novo, caso esta não seja viável.

LAVRADOR

Para o lavrador
Todos os dias
São dias de trabalho.
Sem domingos, sem feriados, sem descanso
E sem horas...
De sol nascer a sol pôr
Trabalha sempre.

Entrega à terra total
Sem lucro.
Luta da vida
Pela existência da vida.

Comer o produzido
Por mãos próprias
É um prazer, porém.

Lavrador,
O suor do teu trabalho
A terra to devolveu
Em fruto:
É teu.
Esse pão
Que agora comes,
É teu ser que se perdeu
No bocado que consumes.

A terra muito te dá
E ela tudo te tira;
Nela aos poucos vais morrendo
Pelo sustento da vida.

Tavares Ribeiro
Ossela

Gostamos do «Lavrador». Mas, se é verdade que a terra tudo lhe dá, não nos parece que seja verdade que a terra tudo lhe tira. Há quem tire muito mais aos operários dos campos.

MAIS DESPESA QUE EM OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA

Aproveito esta ocasião, para vos dizer alguma coisa a respeito da minha freguesia.

Há muita gente que diz. Isto agora está pior. Pois a minha opinião digo isto agora está melhor, está melhor porque toda a gente tem liberdade de falar, antes do 25 de Abril, só os fascistas tinham essa liberdade, hoje é toda a gente, fascistas, comunistas, frades, freiras, etc.

Aqui nesta freguesia, depois do 25 de Abril, o Governo já fez mais despesa, de que todos os Governos em oito séculos de história. Já temos água boa para beber, pois até esta data sempre se bebeu água inquinada, também vamos ter esgotos, obra que vai para cima de dez mil contos, temos em construção vários caminhos para os campos.

As pessoas que trabalham nos campos, já quase todas têm uma pequena assistência médica. Os velhotes já têm uma pequena reforma da Casa do Povo e será aumentada conforme o desenvolvimento do País, o que é preciso é toda a gente trabalhar e não comer à conta dos outros que trabalham. Se todos tiverem esta consciência, não há que ter medo do futuro.

Nesta última revista li uma notícia que fiquei maravilhado, um padre que não quer ser parasita, quer comer pão com o suor do seu rosto, esta freguesia se tivesse um padre assim, eu todos os domingos ia à missa e até era capaz de me confessar. Mas infelizmente de mil há um assim.

Presidente da Junta de Freguesia
Odiáxere

É NECESSÁRIO E URGENTE POLITIZAR

Eu, filho de naturais de Praçais, Pampilhosa da Serra, verifiquei ao ter passado férias na aldeia, o intenso domínio do caciquismo existente em todas as aldeias da região. Quando antes de ir para férias me divulgavam o que se passava na região resultante do caciquismo, não me acreditava, mas ao assistir ali verifiquei todo o mal que nela se encontrava.

Os ricos da região que têm meios de informação em casa, como a televisão, rádio, jornais etc., escondem de divulgar o que na realidade é a situação actual portuguesa. Utilizando o padre da região, como intermediário, espalham boatos falsos, como acusando o Governo Português como bonecos do Partido Comunista, espalhando boatos de que o povo está com o MFA e que é fascista e reaccionário, que elementos do Governo que são progressistas só querem o Mal do Povo Português.

Alienando o Povo de que Deus os castiga se colaborarem com partidos progressistas. Incitam o Povo a atacarem elementos da população local que estejam de acordo com a Revolução Socialista em Portugal, e que a ela apoiem.

Com isto é necessário consciencializar a região por intermédio das sessões de esclarecimento do MFA. É necessário e urgente politizar a região.

Adriano Domingues Nunes de Almeida
Praçais — Pampilhosa da Serra

DISTÂNCIAS E SANEAMENTO

Ao tomar conhecimento do conteúdo do «Correio do Povo» fiquei muito satisfeito por verificar que, o seu título se adapta perfeitamente aos temas verificados, assim e porque a terra da minha naturalidade (Maxial da freguesia do

Souto e concelho de Abrantes) se encontra nas mesmas condições que tantas outras do nosso país, portanto, sempre abandonadas ao seu destino e senão vejamos. Dista da sede da freguesia cerca de 20 quilómetros, para se poder utilizar um veículo automóvel e para quem quer, ainda tem forças para isso ou não tem carro nem posses para pagar a um táxi, tem que andar a pé, pelo menos duas horas para cada lado, com a agravante de, ainda ter que atravessar de barco um braço de barragem do Castelo do Bode, o que sucede aos que, embora pouco, recebem algo da Casa do Povo. O hospital dista dali 27 quilómetros, os mortos têm que ser transportados às costas durante cerca de uma hora e o médico mais próximo fica a cerca de 18 quilómetros e o que está à frente da Casa do Povo, já lá não devia estar, por não ter idade para isso e ser dos que estiveram estreitamente ligados ao antigo regime em boa hora deposto, pois que, pouco antes do 25 de Abril de 1974, foi condecorado pelo então Presidente da República. Além disto, a dita povoação está de tal modo situada que, com o enchimento da já referida barragem, ficou completamente isolada e de modo que, quem ali entrar e pretender sair com qualquer outro destino, vê-se na necessidade de andar pelo mesmo sítio de entrada e obrigatoriamente 3,5 quilómetros, isto quando nas suas proximidades existe uma estância turística (Ilha do Lombo) onde se estão a gastar e já gastaram milhares de contos, isto, para não falar em falta de água, luz e esgotos o que ainda é mais grave, pois que, quando ali se pretende construir uma casa, a Câmara Municipal obriga à construção de uma casa de banho com fossa asséptica quando não tem lá água para que a dita casa de banho possa ser utilizada. A estrada nos ditos 3,5 quilómetros, encontra-se em tal estado lastimoso que, quando há necessidade de alugar um táxi para ali ir fazer qualquer serviço, há grande dificuldade nisso, porque todos fogem de lá ir (e até com certa razão) quando ali vai uma carreira diariamente com excepção dos domingos. Sei que, cartas como esta lhe chegaram às centenas, senão milhares, no entanto gostaria de ver esta publicada, porque aquela região é de facto merecedora de um pouco de atenção, até porque a maioria dos problemas apontados prejudicam igualmente uma outra aldeia ali próxima (VAL-DO-ÇOR) pertencente à mesma freguesia e concelho.

Tudo isto sucede, quando ali próximo foi construída uma estrada alcatroada com alguns quilómetros de extensão de quase nula utilidade, porquanto há dias que não passa por ali qualquer veículo.

Manuel Maria Lopes Baptista
Rua das Olarias, 29/A
CARTAXO

Contactada a Junta Central das Casas do Povo podemos informar que:

Quanto às dificuldades de acesso às Casas do Povo, existem vários processos para possíveis ajustamentos, desde a criação de delegações até à criação de novas Casas do Povo. Aconselhamo-lo a contactar os Serviços Distritais da Junta Central das Casas do Povo, que em Santarém se situam na Praceta Pedro Escuro, 10-2.º

O médico de que nos fala não nos parece possível de saneamento, face ao Decreto-Lei n.º 702/74, de 7 de Dezembro, que regula o saneamento dos empregados das Casas do Povo. Enviamos-lhe no entanto, o texto do referido decreto.

INGRESSO NAS CASAS DO POVO

Estou a secretariar a Comissão Administrativa da Junta da minha freguesia. Têm surgido vários problemas no que respeita à passagem de atestados para ingresso na Casa do Povo de pessoas que não trabalham na agricultura, embora não estejam integradas em qualquer instituição de Previdência.

Algumas pessoas da minha freguesia sentem-se revoltadas por o seu ingresso ser negado e haver outras nas mesmas condições que foram e estão integradas na Casa do Povo.

Não seria bom que qualquer pessoa que faz a sua vida doméstica e portanto não exerce outra actividade, tivesse já ingresso na Casa do Povo?

Alcides Soares da Costa
Nogueira do Cravo
Oliveira de Azeméis

A dificuldade no ingresso das pessoas de que nos fala resulta da actual legislação que só em certos termos admite que sejam abrangidos pelas Casas do Povo trabalhadores e de actividades não agrícolas, silvícolas ou pecuárias. Há contudo estudos e projectos de diplomas no sentido de resolver estes problemas em termos de atender à sugestão formulada.

SAÚDE E EMPREGO

Eu Maria da Conceição Rodrigues, natural e residente no Alandroal, de 52 anos de idade, solteira, fui inscrita como sócia efectiva na Casa do Povo de Alandroal no dia 1 de Dezembro de 1973 com o n.º 1582, pagando 720\$00 para ter as regalias prometidas, e com a quota de 30\$00 por mês. Já tinha sido sócia em 1946!

Fui acometida de uma doença, que me priva de angariar o pão a que tenho direito como qualquer pessoa. O meu

médico assistente tem sido o senhor Dr. Manuel Xavier Rodrigues, que já tem sido médico da Casa do Povo de Alandroal e sabe muito bem a minha doença, pois a seu conselho fui internada no Hóspital; estive hospitalizada no Hospital de Santa Marta, aos cuidados do Senhor Doutor Pinto Bastos; tenho recorrido a vários médicos, mesmo em Badajoz, porque o meu grande desejo é curar-me!

Acontece agora o seguinte: Recebi uma carta da Direcção da Casa do Povo de Alandroal para lá me apresentar no dia 7 do corrente.

Qual não foi a minha admiração quando as funcionárias me disseram que tinham tido ali uma denúncia, acusando-me de ser costureira, e que as costureiras não tinham direito a serem sócias da Casa do Povo! Ora eu nunca exerci tal profissão. A minha profissão mais definitiva foi a de salsicheira, como posso provar pelo bilhete de sanidade. Que faz a direcção da Casa do Povo? Manda para Évora a denúncia, sem averiguar se eu era ou não costureira, afim de ser excluída de sócia efectiva e passar a sócia facultativa, para me não pagarem as baixas que o médico me deu, referentes aos meses de Junho, Julho e Agosto. A direcção da Casa do Povo é ainda, infelizmente, fascista: O Presidente é um pedreiro, e não um rural; como presidente colocou na invalidez um seu irmão igualmente pedreiro como ele, mas trabalhando diariamente com a jorna de 200 e tantos escudos! Nesta Casa do Povo há grandes aberrações, tais como guardas fiscais reformados da guarda, e reformados da Casa do Povo; há quem tenha propriedades rústicas e urbanas a receber reforma da Casa do Povo! Infelizmente a Casa do Povo é para afilhados e não para os necessitados!... Eu não tenho ninguém, vivo só, sem ter socorro de lado algum. Tinha esperança na Casa do Povo, mas que triste desilusão!!!

Como sabe foi publicado nos jornais que os doentes sócios das Casas do Povo podiam estar na baixa pelo critério dos médicos, 4 anos, e passaram depois automaticamente para a invalidez, cuja informação também me foi dada na Casa do Povo, portanto estava dentro da lei. Fui no mês de Julho consultar os novos médicos da chamada campanha rural, os quais me marcaram uma consulta urgente para o especialista senhor dr. Nestor Rodrigues, em Évora, consulta que ficou marcada para o dia 24 de Outubro.

Nesta Alandroal ainda impera o fascismo em todos os sectores: — é na Subdelegação de saúde, é no hospital, etc., etc. não falando já na Casa do Povo.

Estive aí no dia 23 para falar-lhe pessoalmente, por pouca sorte atrasei-me 10 minutos! Falei com os senhores funcionários a quem apresentei o meu

caso e os meus documentos. Aconselharam-me que lhe escrevesse ou encarregasse uma pessoa que fosse tratar do assunto. Deixei incumbida uma senhora, a qual se prontificou logo ir falar-lhe. Ignoro se foi ou não, mas se ainda não foi, fica já ao facto do problema. Vejo-me a braços com vida sem poder trabalhar e sem ninguém que me auxilie. Ultimamente fui empregada de um médico, mas ele abalou há três anos! Como estive ao serviço dele na casa do Povo, e agora pediam uma empregada para fazer a chamada dos doentes, carimbar receitas e passar senhas, candidatei-me para aquele serviço, foi indeferido o meu pedido por não ter lá um padrinho, sempre o favoritismo em acção. Foi admitida uma rapariga de 40 anos, costureira. Não foi por não ter idade, porque com 40 anos também ela não tinha idade para tal emprego, e muito menos sendo modista de alta costura. E não aceitam sócias costureiras efectivas! Mas admitem empregadas costureiras!!! Para eu poder receber as baixas que o médico me deu, o que tenho de fazer? Agora pergunto eu como podem viver as pessoas que as doenças impossibilitam de trabalhar? o 25 de Abril não foi para todos mas sim para alguns...

Maria da Conceição Rodrigues
Alandroal

Contactada a Junta Central das Casas do Povo podemos informar o seguinte:

A inscrição como sócio efectivo das Casas do Povo pressupõe a qualidade de trabalhador agrícola e delas são excluídas as pessoas que exercem actividades que determinem a inscrição obrigatória em caixas de previdência. No seu caso, quer se tratasse de costureira, quer de salsicheira, não seria correcta a inscrição como sócia efectiva da Casa do Povo, salvo se a salsicharia fosse um sector de actividade que fizesse parte de uma exploração pecuária. Se esta actividade era exercida por conta de outrem, deveria determinar a inscrição na Caixa de Previdência; se era por conta própria, poderia dar lugar à inscrição na Casa do Povo mas apenas como beneficiária facultativa, se o seu nível de vida fosse idêntico ao dos trabalhadores agrícolas. De momento, o esquema de previdência destes beneficiários é ainda incompleto, embora já inclua as pensões.

Quanto ás restantes acusações, importa comprová-las directamente para a Junta Central das Casas do Povo, Avenida Visconde de Valmor 17 Lisboa, 1.

PREVIDÊNCIA E VENCIMENTOS

1 — Por este país fora há muita genteinha como todos nós sabemos, que durante o ano inteiro trabalham por conta de outrem, isto por norma na agricultura, uma média de dois dias por semana o que equivale a dizer, segundo a lei em vigor, não têm direito a abono de família para os filhos e como isso não bastasse para terem direito à assistência médica através da Casa do Povo, têm de pagar mensalmente uma quota mínima de 90\$00, que diz respeito ao chefe de família.

2 — Quanto aos inválidos e aposentados, começando pelos que têm a pensão de 500\$00 mensal, fará sentido uns receberem 500\$00 e outros 900\$00, só porque os primeiros não tiveram os devidos documentos?

3 — Quanto aos indivíduos aposentados há uns tempos atrás, têm por exemplo uma pensão de 2000\$00 mensal e actualmente indivíduos com a mesma categoria e tempo de serviço são aposentados com uma pensão de 4000\$00.

4 — Levou-me a escrever estas linhas o facto de ouvir através da Rádio, o novo reajustamento dos vencimentos dos funcionários públicos (que pelo que percebi foram concedidos aumentos de 600\$00 e 700\$00 a categorias que me pareceram não serem das mais necessitadas. Será que só quem está na efectividade de serviço e com trabalho garantido diariamente é que tem direito à vida?

5 — Se a Nação está a passar por um período de sacrifício, o que concordo, então sejamos todos a apertar o cinto.

José Gonçalves dos Santos
Presidente da C.A. da Junta
de Freguesia de Maçãs de Caminho
Alvaiázere

Contactada a Junta Central das Casas do Povo, podemos informar o seguinte:

Não é exacto que os trabalhadores agrícolas não tenham direito a abono de família pelos descendentes porque apenas trabalham, por conta de outrem, uma média de 2 dias por semana. Actualmente, basta 1 dia de trabalho por mês para que haja direito ao abono. Por outro lado, a quota mensal de 90\$00 (para beneficiários do sexo masculino) não garante apenas o direito à assistência médica. Por essa contribuição, tem o trabalhador direito a todo o esquema de prestações do

regime especial, assegurado pelas Casas do Povo e que compreende, além da assistência médica e medicamentosa (extensiva aos familiares), o seguinte: subsídios de doença, maternidade e de aleitação, protecção para encargos familiares (casamento e nascimento), protecção na morte do beneficiário ou de familiares, pensões de invalidez, velhice e sobrevivência.

Por razões de financiamento, os condicionaisismos que determinam a concessão do abono de família e os da atribuição do esquema atrás descrito são independentes. Esclarece-se, no entanto, que as contribuições para abono de família estão exclusivamente a cargo das entidades patronais.

A razão porque uns inválidos e velhos têm pensões de 500\$00, enquanto que outros têm de 600\$00 a 900\$00, não é uma simples questão de documentos, mas antes a circunstância de haverem contribuído ou não para o regime durante o período de garantia mínima fixado na lei. O sistema é, de facto, imperfeito, têm-lhe sido dirigidas numerosas críticas e tal como o Correio do Povo já havia respondido a um leitor, no seu número de Julho, o Decreto n.º 174/B/75, que trata do regime das pensões, está a ser objecto de revisão.

Quanto aos vencimentos do funcionalismo público, os aumentos a que se deve referir não foram reivindicados nas propostas salariais apresentadas ao Governo, pelos trabalhadores tendo sido proposto o congelamento de alguns dos salários que receberam esse aumento.

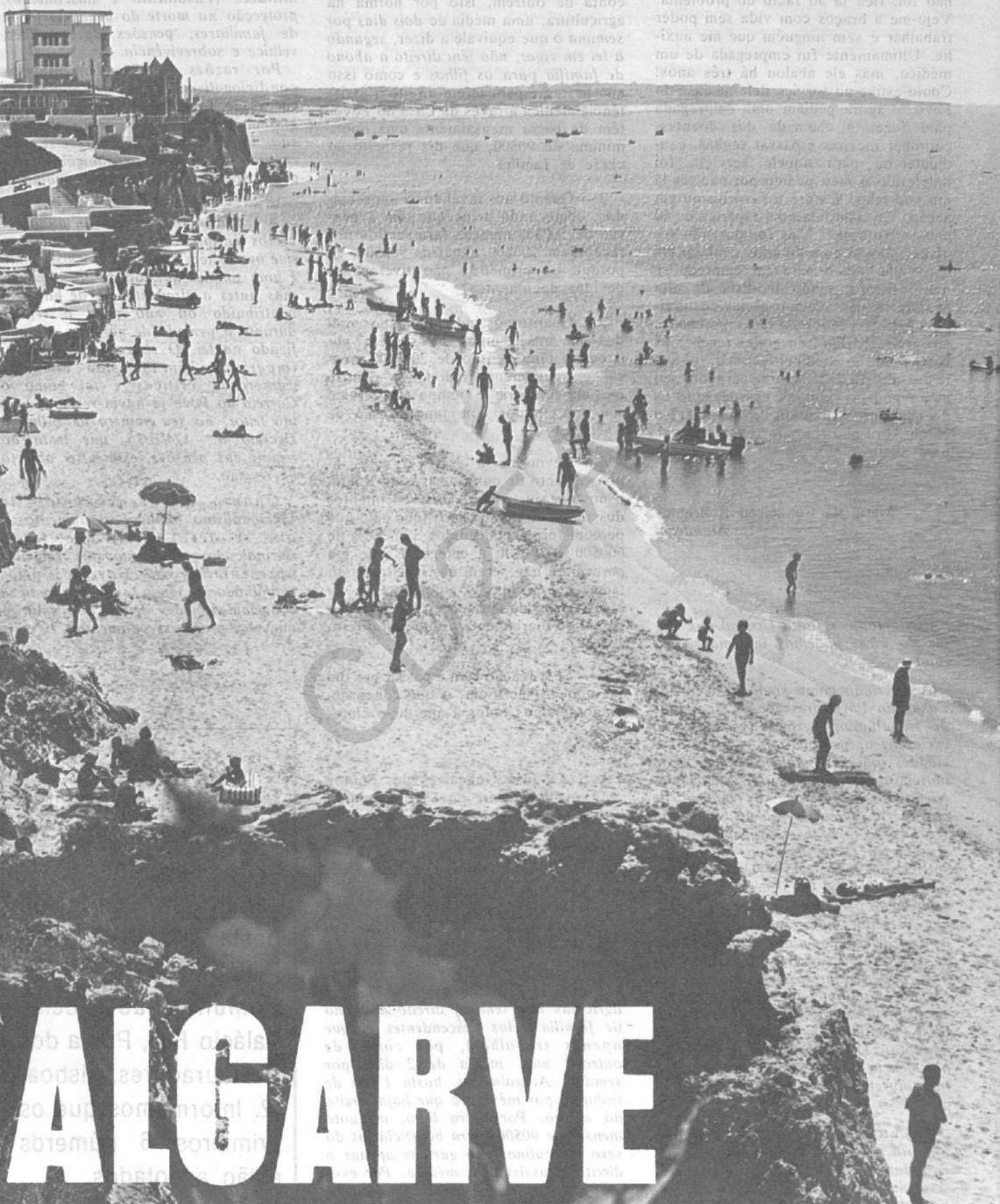
Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta ou postal, a CORREIO DO POVO Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa-2. Informamos que os primeiros 6 números estão esgotados.

REPORTAGEM

PREVIDÊNCIA E VENCIMENTOS

Caso e os meus documentos. Acontece
há um tempo que lhe escrevo ou encar-
tego uma pessoa que fosse capaz de
assunto. Deixei incumbida uma senho-
ra, a qual se prontificou logo a fazer-
me, ficando-se por eu não, mas se ainda
não for isso se ao facto do problema
Vou-me a braços com vida sem poder
trabalhar e sem ninguém que me auxi-
lie. Ultimamente fui empregada de um
médico, mas ele acabou há três anos!

1— Por este país não há muita gen-
tinha como todos nós sabemos, que
durante o ano inteiro trabalham por
conta de outrem, isto por norma na
agricultura, uma média de dois dias por
semana é que equivale a dizer, segundo
a lei em vigor, não tem direito a hono-
raria para os filhos e como isso



ALGARVE

«Praias de sonho» era o tema de uma vasta campanha de publicidade sobre o Algarve que se servia, quantas vezes, de fotografias de grandes e luxuosos hotéis. Esta era a imagem com que, a partir dos anos sessenta, os comerciantes do turismo, auxiliados pelas entidades governamentais ligadas a este sector, nos queriam dar dessa região do nosso país.

As praias são realmente belas e dizer o contrário seria mentira. Praias que se estendem ao longo de toda a costa algarvia de Vila Real de Santo António à ponta de Sagres e se sucedem a um ritmo quase contínuo, muitas vezes apenas se diferenciando pelos nomes e fica-se sem se saber onde começa uma e acaba a outra. Ora se apresentam como

grandes extensões de areia a perder de vista, ora perdidas ao fundo das altas encostas rochosas que caem a pique sobre o mar.

O recortado da costa algarvia faz com que as praias se situem de «caras» para o mar ou escondidas em pequenas baías ou albufeiras, que constituem ótimos portos de abrigo para os barcos artesanais, de cores garridas e mastros agressivos que ainda restam e se fazem ao mar. Muitos desistiram, porque companhias amadoras fecharam as portas; outras venderam o barco, pegaram na família e nos «trapos» e foram por essa Europa fora onde era mais fácil ganhar a vida.

Mas é preciso ficar bem claro que o Algarve das praias apenas constitui uma

pequena parcela da província que começa quando acaba o Alentejo se estende por 60 ou 70 km até ao Oceano. E desse Algarve nunca os anúncios e a publicidade falaram, pois esse não dava lucro. Aos hotéis bonitos «reluzentes», com grandes vidraças de cor, com piscinas, campo de ténis, de golfe, e outras comodidades, apenas tinham acesso os estrangeiros e uma minoria endinheirada da nossa população. Para os trabalhadores portugueses, Algarve significava «desatar os cordões à bolsa». Férias, quando as tinham (pois não nos esqueçamos que havia muitos e muitos trabalhadores que nunca souberam o que era férias), era para ser passadas ao pé da porta de casa.



«PRAIAS DE SONHO»...

MAS A REALIDADE É OUTRA!

A caminho do Algarve, atravessámos o Alentejo, detendo o olhar nos grupos de mulheres de cara crestada, que o chapéu ou o lenço não consegue esconder, vergadas sobre a terra, fazendo a apanha do tomate. E o sol, por cima das nossas cabeças lembrava-nos que o Verão ainda não findou. Os sobreiros, esgalhados, exibiam a sua nudez; e as placas de cortiça amontoavam-se na berma da estrada. Os campos estavam ceifados. A colheita foi uma das melhores dos últimos anos. Os assalariados agrícolas e os pequenos agricultores alentejanos continuam unidos e decididos a levar por diante a Reforma Agrária que dará a terra a quem a trabalha e acabará de vez, com o domínio das famílias dos senhores latifundiários, que enriqueceram à custa da exploração de gerações e gerações de camponeses. Com o Alentejo para trás, chegámos a Faro, capital do distrito e a maior cidade algarvia, após 4 horas de viagem e cerca de três centenas de quilómetros percorridos.

Desde há 4 anos, Faro tornou-se uma cidade de trincheiras, pois os buracos nas estradas, em arranjo desde esse tempo, mais se assemelham a trincheiras, dado o seu tamanho. Pelo ritmo dos trabalhadores, é impossível prever se haverá estradas em condições em Faro, nos próximos anos. Evidentemente que, com os buracos, veio o pó e o vento encarrega-se de formar grandes nuvens de pó pela cidade, que os pulmões dos habitantes de Faro, quer os adultos quer, especialmente, e com maior gravidade para a saúde, as crianças, têm de engolir.

Ao chegar, dirigimo-nos à Comissão Regional de Turismo do Algarve, que é composta por representantes de vários organismos: o Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira, a Associação dos Hoteleiros, a Associação dos Aldeamentos Turísticos, vulgarmente conhecida como Indústria para-hoteleira, a Associação dos Agentes de Viagem e onde estão ainda representados os Municípios. O presidente desta comissão é designado pela Secretaria de Estado do Turismo. Falámos com Álvaro Diogo, presidente interino da Comissão de Turismo, algarvio de nascença e há muitos anos interessado nos problemas do ramo.

O ALGARVE ANTES DO TURISMO

— Como era o Algarve antes do aparecimento do turismo?

— O Algarve, pela distância geográfica a que ficava da grande Lisboa, pela falta de recursos naturais, foi uma província que viveu permanentemente abandonada. E tinha ainda o Alentejo a separá-lo da capital, que é uma «cabeça» demasiado grande para o corpo atrofiado e mal desenvolvido que é o nosso país. Havia meia dúzia de activi-



Álvaro Diogo: «O governo fascista fechava os olhos à especulação de terrenos e à colonização directa e escandalosa de que éramos vítimas»

dades profissionais, mas todas elas muito rudimentares. Tínhamos, por exemplo, uma indústria de conservas muito frágil, como se veio a verificar aquando das exigências de concorrência nos mercados internacionais, para onde essas conservas eram exportadas. Indústria conserveira baseada, ela também, numa pesca artesanal, onde não houve renovação das frotas. Também não foram introduzidas as modernas técnicas de captura e navegação. As próprias técnicas de conservação do peixe (especialmente sardinha e atum) e de embalagem também não evoluíram. Por outro lado, havia, e há, uma falta de hábito de comer conservas, por parte da população portuguesa, muito mais virada para o consumo de produtos frescos.

A exportação e, muito especialmente para os países da Europa, foi sendo cada vez mais difícil, e eles eram os nossos maiores compradores. Havia também a embalagem de frutos secos, que apesar de nunca ter sido uma actividade muito importante, grande parte da sua produção era também destinada à exportação. Hoje, esta actividade está também em crise e muitas dessas pequenas empresas artesanais desapareceram, ao longo destes últimos anos.

Quanto à agricultura, poucas ou nenhuma novidade: sempre o cultivo dos mesmos produtos, nas mesmas condições.

O algarvio tinha, também, uma certa tendência para aceitar este abandono da sua região como se fosse algo de inevitável, como se ele não pudesse fazer nada para alterar tal estado de coisas.

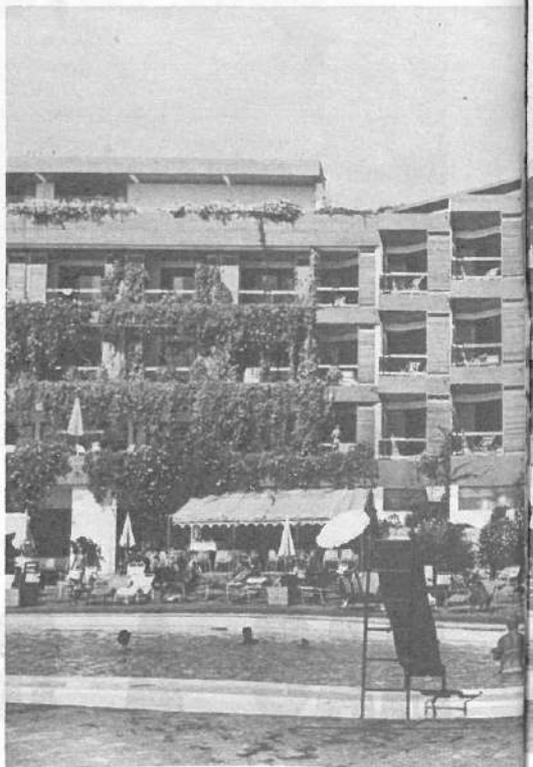
A falta de comunicações e de meios de transporte impediam os algarvios de ligações fáceis com os grandes centros populacionais e culturalmente mais desenvolvidos.

A DESCOBERTA E A EXPLORAÇÃO TURÍSTICA DO ALGARVE O APARECIMENTO DOS GRUPOS ESTRANGEIROS E A ESPECULAÇÃO DOS TERRENOS

O Algarve é uma zona privilegiada para o turismo, não só porque tem praias maravilhosas mas porque goza de um clima bastante ameno durante praticamente toda a época do ano. Os capitalistas aperceberam-se das potencialidades desta região e lá investiram largas somas de dinheiro, ao longo de quase toda a costa, não com a intenção de proporcionar o repouso necessário, durante um certo período do ano, àqueles que efectivamente trabalham, mas na mira de explorar uma fonte inesgotável de lucro. Álvaro Diogo conta-nos como e quando se deu essa exploração turística.

— O começo da exploração turística e hoteleira do Algarve começou a concretizar-se por volta de 1962 e os primeiros empreendimentos hoteleiros que apareceram foram realizados com capitais portugueses. Os estrangeiros, só apareceram mais tarde, quando verificaram que o Algarve seria um bom mercado turístico e que poderiam ganhar dinheiro com isso. Os empreendimentos realizados por firmas estrangeiras iniciaram-se por volta de 1968 e continuaram a efectivar-se a um ritmo crescente até 1972, ano em que atingiram o máximo. Em 1973, dá-se um declínio, devido à crise económica mundial.

Algarve para estrangeiros ou para uma minoria portuguesa endinheirada



É bom salientar que a grande maioria dos investimentos realizados pelas firmas estrangeiras verificou-se não no sector da hotelaria mas sim no sector da compra de terrenos e construção de blocos de apartamentos, para venda após construção. Essas firmas estrangeiras, que na sua maioria pertenciam a grandes grupos capitalistas internacionais, conseguiram montar atrás de si, através de gigantescas campanhas publicitárias sobre as praias do Algarve (e é preciso realçar que o antigo regime participava e contribuía para pagar toda essa propaganda) grandes massas de turistas, de modo a que estes lhes comprassem os terrenos ou as construções já acabadas.

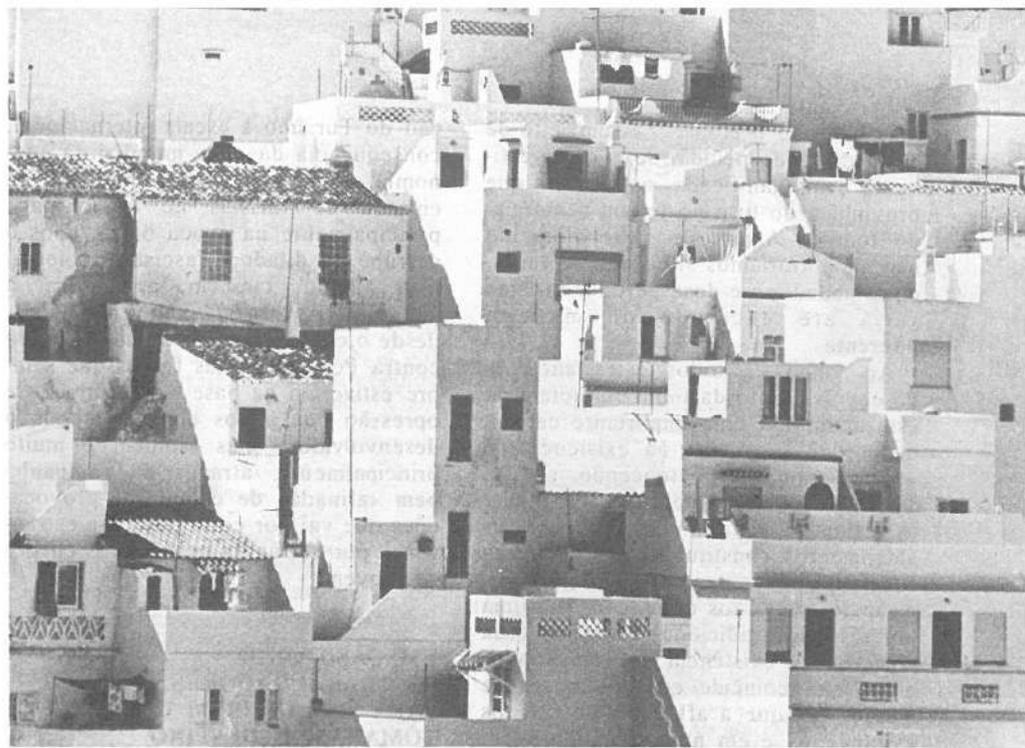
Houve, então, muitos algarvios de escassos rendimentos que se viram na necessidade de vender o seu bocadito de terra, já que, com a especulação de terrenos, os preços por m² subiram bastante!

— Sim é verdade. E, normalmente, após a venda, emigravam! acrescentou Alvaro Diogo.

COLONIZADOS PELOS ESTRANGEIROS... OS LUCROS, NUNCA NINGUÉM LHES PÓS A VISTA EM CIMA

Continuamos a conversa com o presidente da CRTA:

— O governo fascista fechava os olhos à especulação de terrenos e à colonização directa e escandalosa de que éramos vítimas.



Este Algarve só é algarvio no inverno. No verão, muitos dos habitantes alugam as suas casas e vão dormir para as varandas

— Mas então essas grandes companhias estrangeiras não traziam para cá as somas de dinheiro necessárias a essa compra de terrenos?...

O presidente da Comissão de Turismo do Algarve sorriu. Aprecebemo-nos imediatamente que tocáramos no ponto mais importante da questão, fundamental para compreender todo o grande «negócio» do turismo no Algarve. Alvaro Diogo explica-nos.

— É preciso que se note que não se deu uma grande entrada de capitais estrangeiros em muitos casos nem chegou a haver entrada de capitais. Havia alguns «grandes» do negócio, bem conhecidos nos mercados internacionais, que vinham, em seu nome pedir, dinheiro emprestado aos bancos portugueses. Estes acabavam por lhes conceder o crédito e eles começavam a negociar. A compra dos terrenos e as primeiras construções eram feitas à custa do empréstimo obtido. Começavam a vender, iam pagando o empréstimo obtido, ao mesmo tempo que iam comprando e vendendo. O «negócio» estava montado!

— E os lucros?

— Esses iam sempre lá para fora! Nunca ninguém lhes pôs a vista em cima. Um prédio era vendido por um determinado preço, mas se fôr fazer uma análise a todas as escrituras celebradas, nós deparamos com a seguinte realidade: Poucos são os contratos que exprimem o valor real pelo qual a propriedade foi transacionada. Era muito fácil esconder os lucros. Claro que as Administrações dessas empresas eram quase sempre, estrangeiras, pois o conluio era feito entre grupos internacionais. Isto nunca foi desmascarado, nem nunca se fez uma sindicância a estas transações fraudulentas. Apenas se pôs em crise este tipo de «negócio»,

crise aliás pela alteração do nosso regime político e à evolução da crise do Turismo internacional, que é agravada e mais intensamente sentida no nosso país, devido ao boicote internacional que nos é movido pelas forças do Capital, que têm à sua disposição os jornais, as revistas, as rádios e televisões, para lançar toda a espécie de calúnias e mentiras sobre o que se passa em Portugal.

Interrogando Alvaro Diogo sobre o turismo que se fazia no Algarve, um turismo de luxo, dissemos nós, ele de modo nenhum concordou e afirmou-nos:

— As unidades de luxo em relação ao total da capacidade hoteleira representam apenas 5%. Temos condições ideais para fazer turismo para todas as bolsas. Mas o que se verificava era que a imagem do Algarve dada lá fora, e mesmo cá dentro do País, não correspondia à verdade, quando se dizia essa província ser uma zona turística de luxo. Mas claro que os grupos capitalistas estrangeiros e nacionais estavam interessados em propagar essa ideia, não fosse o «negócio» estragar-se.

É certo, porém, que o turismo para bolsas mais modestas também não se fez. A comprová-lo, está o pouco número de parques de campismo ao longo de toda a costa algarvia. Apenas 5 parques e, na maior parte dos casos, com deficientes instalações; bem como uma enorme falta de arborização. É escusado será dizer que, na época alta, os meses de Verão, ficam repletos muito rapidamente. Por outro lado, o custo de vida verificado ultimamente no Algarve ajudava a impedir o turismo médio e económico.

— No Algarve, com o turismo, estava-se a criar um fosso muito maior entre regiões e sociedades beneficiadas



e as que não o eram — e, em jeito de desabafó e despedida, se a coisa estivesse bem planificada, as receitas que provinham do turismo teriam beneficiado todo o Algarve e neste momento não encontraríamos situações de verdadeiro abandono e desespero. O turismo seria até encarado de maneira diferente...

Ao longo de todos estes anos de desenvolvimento da indústria hoteleira, esta acumulou uma importante capacidade, que se traduz na existência de 40 000 camas. Pertencendo apenas 13 000 à indústria hoteleira tradicional e as restantes à para-hotelaria ou seja, os aldeamentos constituídos por pequenas casas independentes cuja configuração, na maior parte dos casos constitui uma imitação do tradicional estilo de casa algarvia. A existência de uma «época alta», que coincide com os meses de Verão, em que a afluência de turistas estrangeiros é em número muito superior a qualquer outro período do ano e em que a maior parte da população nacional goza férias, faz com que a zona litoral do Algarve e, especialmente, no mês de Agosto seja uma verdadeira barafunda para a qual, hotéis, aldeamentos, casas particulares para alugar — que atingem preços proibitivos e levando muitos algarvios a sacrificarem-se ao ponto de irem dormir para o chão ou para a varanda alugando assim o seu quarto ou a casa — restaurantes, supermercados e demais casas comerciais não conseguem dar resposta. As bichas às portas dos estabelecimentos e a falta de géneros alimentícios, especialmente o leite, a manteiga e a carne, entraram já dentro do hábito dos algarvios e dos frequentadores de todos os anos daquela zona litoral. A contrastar com o elevado número de pessoas nos meses de Verão, eis que surge a «época baixa», que abrange todos os outros meses do ano. A ocupação dos estabelecimentos hoteleiros nesta época é muito reduzida. Este facto vem pôr dois tipos de problemas. O primeiro é a questão da má utilização da capacidade hoteleira durante o ano, problema que está associado à concentração das férias da maior parte dos portugueses no mesmo período do ano. Como tentativa de solucionar esta questão, ouvimos várias vezes a sugestão de dividir o total do tempo de férias ao meio, sendo cada pessoa obrigada a gozar metade do seu período de férias em Julho, Agosto ou Setembro, ficando com o direito de gozar o restante noutra época do ano. A segunda questão que se põe é um reflexo da anterior já que as dificuldades de ordem económica e de sobrevivência que se põem a grande parte das unidades hoteleiras e turísticas são realmente alarmantes, como igualmente alarmantes são as perspectivas de desemprego para milhares de trabalhadores ligados a este sector. A situação agudizou-se após 1973, com a diminui-

ção do Turismo à escala internacional, consequência da crise mundial da economia capitalista. A diminuição da entrada de turistas no nosso país, principalmente na época baixa, após o derrube da ditadura fascista e colonialista ajudou, também, a agudizar a situação. As razões são conhecidas, desde o cerco económico que é movido contra Portugal, pelas forças que sempre estiveram na base da exploração e opressão dos povos dos países pouco desenvolvidos, mas também e muito principalmente, através da campanha bem «afinada» de calúnias e provocações que vai por certa imprensa estrangeira, por detrás da qual muitos cifrões se movem.

UM CASO ONDE OS TRABALHADORES, PARA GARANTIREM O EMPREGO TOMARAM O DESTINO DA EMPRESA NAS SUAS MÃOS

Muitas eram, pois, as empresas ligadas ao sector do turismo que começaram a sentir graves problemas de falta de dinheiro. As administrações preparavam-se para os despedimentos em massa. A algumas não lhes custaria muito, habituadas como estavam a aceitar pessoal no começo da época alta e a despedi-los mal chegava o outono. Algumas tentativas de despedimento conseguiram os seus objectivos. As administrações, para além de se verem livres de uma quantidade razoável de encargos, conseguiam lançar a divisão no meio dos trabalhadores, através do

medo e da chantagem. Mas em muitas empresas os trabalhadores souberam dar uma resposta eficaz, quer tomando a gestão e os destinos da empresa nas suas mãos quer exigindo a intervenção do Estado.

O Hotel da Aldeia é um desses empreendimentos de firmas estrangeiras à custa de empréstimos junto dos bancos nacionais. Situado junto à vila de Albufeira, é composto por um aldeamento e um hotel propriamente dito, num total de 600 camas. Desde o dia 5 de Fevereiro deste ano, os trabalhadores tomaram conta da sua gestão, face à recusa da Administração de pagamento integral dos salários do mês de Janeiro a todos os empregados, 160 pessoas ao todo. A comissão de trabalhadores do Hotel da Aldeia, que responde perante a assembleia de todos os trabalhadores, foi autorizada por estes a designar os elementos que viriam a constituir a comissão encarregada da gestão da empresa. Alguns dos elementos que integram estas duas comissões contaram-nos o que foram estes meses em que eles próprios administravam, o que produziam, bem como os projectos e dificuldades que se lhes levantam, no futuro.

— Os trabalhadores deste empreendimento estavam conscientes do que representava a autogestão.

Bagarrão, da Comissão de trabalhadores, respondeu-nos: Estavam e chegavam a pressionar-nos para que avançássemos na luta. E mesmo quando o Ministério do Trabalho nos propôs um regime de co-gestão, isto é, se queríamos administrar a empresa a meias

Alguns elementos da Comissão de trabalhadores do Hotel da Aldeia, agora em regime de auto-gestão



com os delegados dos patrões, nós reunimo-nos e decidimos dizer não à co-gestão.

Fernando do Nascimento, igualmente da Comissão de Gestão: Estávamos aptos a tomar conta da escrita e da administração. Tínhamos aliás contactado com uma agência de viagens e turismo, Britânica, que nos emprestou 1430 contos, com vista à entrada de clientes futuros. Temos já elaborado um plano de acolhimento de turistas mandados por essa agência, entre Outubro e Maio do próximo ano. Trata-se de um contrato muito importante para a nossa própria sobrevivência.

— Vocês assumiram a gestão numa altura particularmente difícil, em plena época baixa!

Tivemos de fazer uns preços especiais. Aliás, começou a verificar-se um aumento do turismo nacional. No verão, 80% dos hóspedes eram nacionais e apenas 20% eram estrangeiros. Desde Fevereiro que temos tido pleno êxito, com 98% de ocupação em Agosto; 85% em Julho; e prevê-se 70% para Setembro. Já pedimos 500 contos de empréstimos ao Estado para a compra de algum material que é preciso para renovações, mas até agora ainda nada nos foi concedido.

— E se houver lucros?

— Aproxima-se a época baixa e há que ter um certo montante de dinheiro em reserva. Os salários estão em dia, bem como os subsídios de férias. E, com o acordo dos trabalhadores vai-se iniciar uma redução nos salários durante a época baixa. Quanto aos salários mais altos, eles já baixaram há muito. É preciso lembrar que nós não queremos o hotel para nós e quando a entidade patronal nos garantir os salários e o emprego, isto é a estabilidade de trabalho, automaticamente podem tomar conta da gestão.

— Como é que a totalidade dos trabalhadores toma conhecimento da evolução da gestão?

— Os trabalhadores estão a par de tudo. Há um plenário mensal de trabalhadores e uma reunião semanal entre a Comissão de trabalhadores e a comissão de autogestão. Os resultados da contabilidade são fixados periodicamente, à porta de serviços.

Agora a coisa funciona muito melhor. Há aí sectores que chegam a funcionar 14 e 15 horas por dia e não olham a feriados ou a dias de folga. Muitos clientes chegam aqui e nem se apercebem que estamos a trabalhar em autogestão. Há uma camaradagem total. Não há superiores nem inferiores. Perdemos aquele medo, deixou de haver repressão. Existe contudo disciplina, há uma consciência de trabalho e temos produção.

A luta que tiveram de travar e a tomada do empreendimento nas suas mãos de uma forma organizada, alterou completamente as relações profissionais e de convivência entre os 160

trabalhadores do Hotel da Aldeia. Está em projecto a construção duma sala de convívio onde haja jogos e biblioteca, onde os trabalhadores possam distrair-se e cultivar-se nas suas horas de repouso.

Em Julho, ao inciar-se a época alta do turismo, esteve no Hotel da Aldeia o antigo administrador, Pinto Castelo Branco, que nos propunha, também um regime de co-gestão, mas soubemos manter-nos firmes e dizer não!

OLHOS DE ÁGUA

Olhos de Água, é uma pequena praia situada a meio caminho entre Albufeira e Quarteira, onde a pesca artesanal, em pequenos barcos com três tripulantes, tem aumentado ultimamente, pois os pescadores estão regressando da Alemanha e Dinamarca para onde emigraram há alguns anos. A grande maioria ia para a pesca no Mar do Norte. Manuel Carapeto e Joaquim Guerreiro dois dos pescadores que encontramos na praia a enrolar a rede, também haviam emigrado, faz agora seis anos.

«Andávamos 1 mês lá no Mar do Norte e ganhávamos 700 marcos por mês, era conforme o pescado. Ah! mas aquilo era muito duro. Não era vida... e um homem nem via a mulher nem os filhos.

Mais de metade dos pescadores tinham ido para a Alemanha, mas muitos já voltaram. «Só se devem aguentar por lá os da construção civil» diz-nos o Carapeto.

— Então e pesca-se muito?

— «Os espanhóis estragavam-nos a pesca. Mas agora está melhor pois há mais fiscalização. Vinham com arrastões e apanhavam tudo. E o que não apanhavam, estragavam. O robalos e as douradas punham-se a fugir da nossa costa.»

— Como é que vocês dividem o pescado?

— Metade é para o mestre e a outra metade para os 2 pescadores. As despesas são diminutas. Mas se houver



Muitos dos pescadores de Olhos de Água emigraram. Os que restam vivem a intensa crise do sector

algun azar com a rede, quem paga é o mestre; e a rede é muito cara».

— Noutro dia vendemos o besugo, na lota, a 20\$00, mas no mercado estava a 60\$00». A tradicional injustiça do mundo da pesca...

A CRISE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Ao percorrer as estradas da zona litoral do Algarve, é vulgar encontrar-nos com construções inacabadas, como mostra a fotografia.

O sector da construção civil teve o seu crescimento estreitamente ligado ao próprio desenvolvimento da indústria turística e do número crescente de turistas que demandavam o Algarve.

As construções que estão paradas há já bastante tempo correm mesmo o perigo de se perderem, pois as chuvas e as mudanças de temperatura prejudicam os materiais.

Se o crescimento do sector da construção se ficou devendo ao incremento

O 25 de Abril pôs um freio à especulação. Os especuladores abandonaram muitas construções neste estado de adiantamento. Com o desemprego consequente



do turismo e à especulação dos terrenos e edifícios, nada mais natural seria que, quando este «negócio» entrasse em crise, a construção civil apanhasse por tabela. Foi o que aconteceu. Nalguns casos as obras pararam e estão neste caso três grandes hotéis, vários aldeamentos e blocos de apartamentos; noutros casos, os empresários abrandaram os ritmos de construção. Os capitalistas fazem os trabalhadores pagar o preço destas crises. E esse preço é o desemprego.

A ÁGUA, A ELECTRICIDADE, OS ESGOTOS TAMBÉM DEPENDIAM DO TURISMO

Também a instalação do abastecimento de águas, de corrente eléctrica e da rede de esgotos estavam essencialmente viradas para os pólos de desenvolvimento turístico. As grandes empresas faziam todo um jogo de manobras e pressões para que fosse o erário público, ou seja os cofres do Estado, que pagassem as instalações das infra-

-estruturas — a água, a electricidade e os esgotos — nesses centros turísticos. Para além disso, o construtor fazia alterações aos planos iniciais, o que faz com que actualmente os esgotos rebentem por todos os lados, a luz se vá abaixo e a água não corra. Isto na orla litoral, já que no interior nada foi feito.

O problema da água é o mais grave. Por um lado, devido ao enorme número de lixeiras, não devidamente tratadas, perto dos poços que ficam inquinados; por outro lado, a inexistência de barragens impede o aproveitamento da água das chuvas, que fazem com que as ribeiras se encham — e são em grande número — e corram serra abaixo direito ao mar, sem qualquer aproveitamento.

Quanto à electricidade, e apesar de ainda recentemente terem sido adjudicadas dezasseis obras de electrificação, a serra continua às escuras. Como nos dizia um amigo de Cortelha: — «Aqui apenas vemos o cabo de alta tensão que passa por cima de nós, directo a Loulé, mas luz não vemos nenhuma. Nestes 55 km que vão de Alportel a Almodôvar não há uma lâmpada posta

pelo Estado e promessas não nos faltam.

A AGRICULTURA

Ao pretendermos fazer um levantamento da situação da agricultura no Algarve da acção desenvolvida pelos organismos oficiais neste sector, falámos com o eng. agrónomo David Mouzinho, do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola (SADA); que nos disse:

— No Algarve, encontramos fundamentalmente três regiões agrícolas. O litoral constitui a zona de solos mais ricos, na sua grande maioria de natureza calcária. Apesar de não haver no Algarve um grande desenvolvimento do regadio, é nesta zona que encontramos maior área. O regadio é feito à base de furos, que constituem um bom negócio no Algarve, pois as perfurações em busca da desejada água ficam por um preço bastante elevado (1 conto de réis por metro perfurado, mais o tubo que custa outro tanto), já que, devido à seca, a água constitui um bem precioso. Chega a pagar-se 50\$00 à hora pela utilização de um poço. A ignorância no que respeita à constituição do terreno tem sido muito bem aproveitada pelas empresas de perfuração, e já se gastaram milhares e milhares de contos em furos improdutivos.

A zona do Barrocal situa-se entre o litoral e a serra algarvia. O agricultor vive da exploração dos frutos secos, em especial a alfarroba e a amêndoa, que constituem a sua principal fonte de rendimento. Contudo, a produção não é uniforme e encontramos centenas de variedades. Também se semeia trigo, em pequenas parcelas onde o agricultor acaba por perder dinheiro. Mas como sempre se plantou...

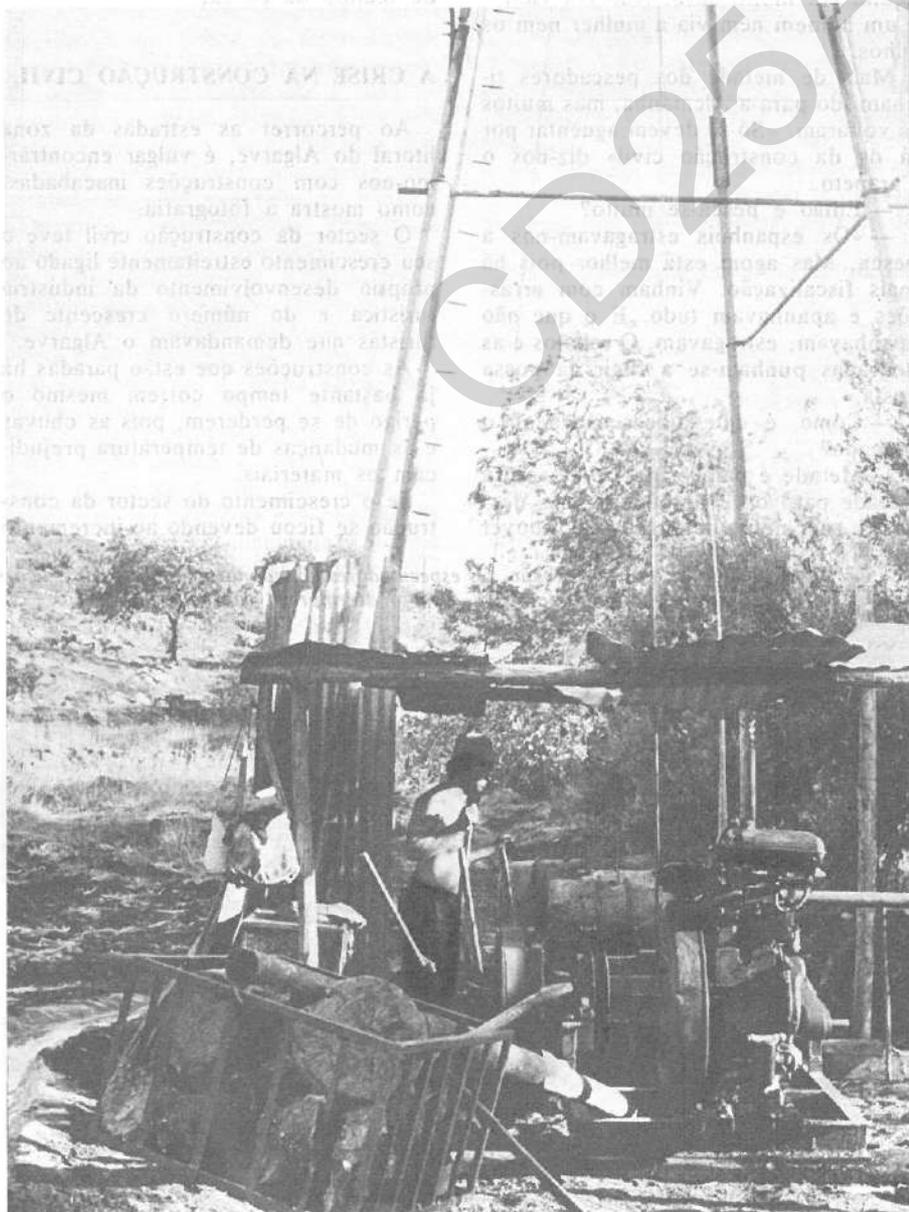
Na serra semeia-se em zonas íngremes e xistosas; e o que a terra dá mal chega para comer. A principal fonte de rendimento é a cortiça, um pouco de aguardente de medronho e um ou outro porco que se crie.

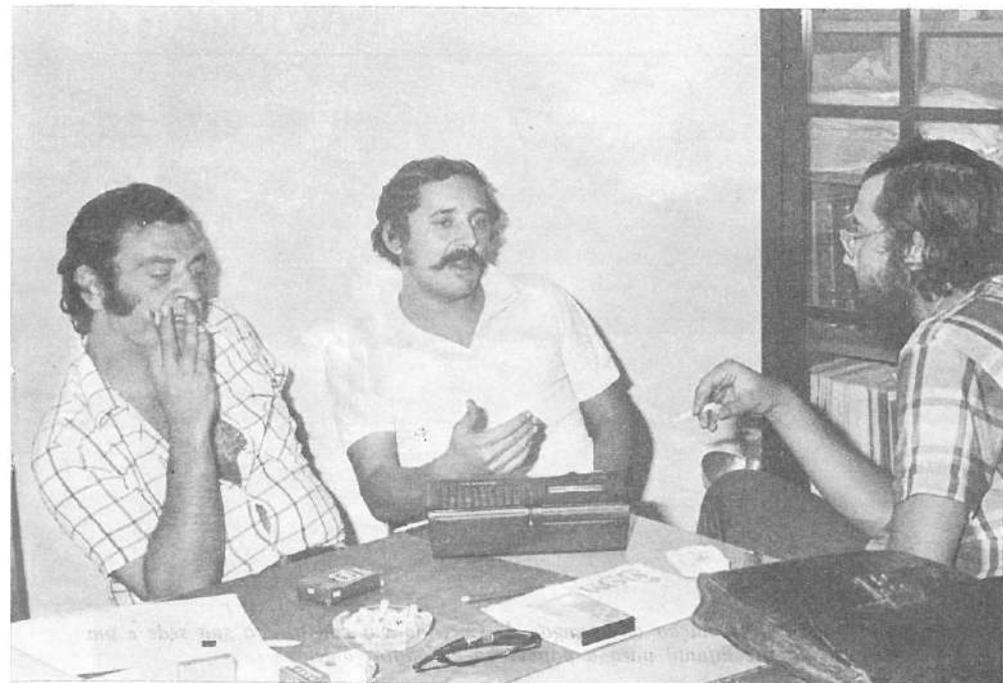
No Algarve a terra está geralmente muito dividida, predominando pois a pequena exploração familiar. Há também latifúndios, mas situam-se mais para Barlavento, já para o pé de Vila do Bispo.

— Vocês têm feito muitas reuniões com os agricultores. Como é que eles têm reagido?, perguntámos, ainda, ao eng.º David Mouzinho.

— Nós aqui SADA, em Loulé, formámos 4 equipas móveis e andávamos em permanente contacto com os agricultores. Ao princípio, houve uma abertura por parte destes, fizemos centenas de reuniões e tentámos despertá-los para a sua organização. Mas as pessoas precisam de factos, de coisas concretas. E isso não veio. O SADA não tinha dinheiro para dar resposta a esses pequenos problemas e necessida-

Por falta de água, os algarvios viram-se na obrigação de procurá-la, cada vez mais fundo, com estes furos por sonda que custam dois mil escudos o metro





O eng. David Mouzinho, do SADA, falou-nos longamente dos problemas da agricultura no Algarve

des que mostrassem ao agricultor uma melhoria na sua situação. Acabou por se dar um certo retrocesso no espírito das pessoas e para isso muito contribuíram os baixos preços pelos quais eram comprados a amêndoa e a cortiça, principais fontes de rendimento do pequeno agricultor algarvio. No caso da amêndoa ainda interveio o Estado, através da Junta Nacional das Frutas, pela fixação de um preço de garantia de 137\$50 a arroba. Tentámos fazer a recolha da amêndoa o mais eficazmente possível e, para isso, até nos servimos de camiões da tropa. Lutámos contudo com grande falta de armazéns. Muitas pessoas consideravam o preço baixo. E era-o, de facto, pois compravam-no ao preço de 1973, em que atingiu níveis muito elevados pelo facto da Itália ter importado grande quantidade. Claro que os reaccionários aproveitam estas situações para desencadear as suas campanhas.

Há contudo já várias Ligas de pequenos agricultores em fase de formação. Isto leva o seu tempo, mas é mais que necessário que as Ligas sejam representativas. Existem já vários núcleos pró-Liga a nível da Junta de Freguesia e pensamos que a Liga de Pequenos Agricultores do concelho de Loulé não está ainda formada devido à fase de maturação e consciencialização: O que é? Para que serve? Mas há Ligas a funcionar, como é o caso de Silves. Em Faro, a fase de organização está também adiantada.

— Os agricultores não vos põem perguntas sobre a Reforma Agrária?

— Sim. Procuramos, sobretudo, dizer-lhes que a Reforma Agrária era diferente de região para região. Pois dava-se sempre o exemplo das ocupa-

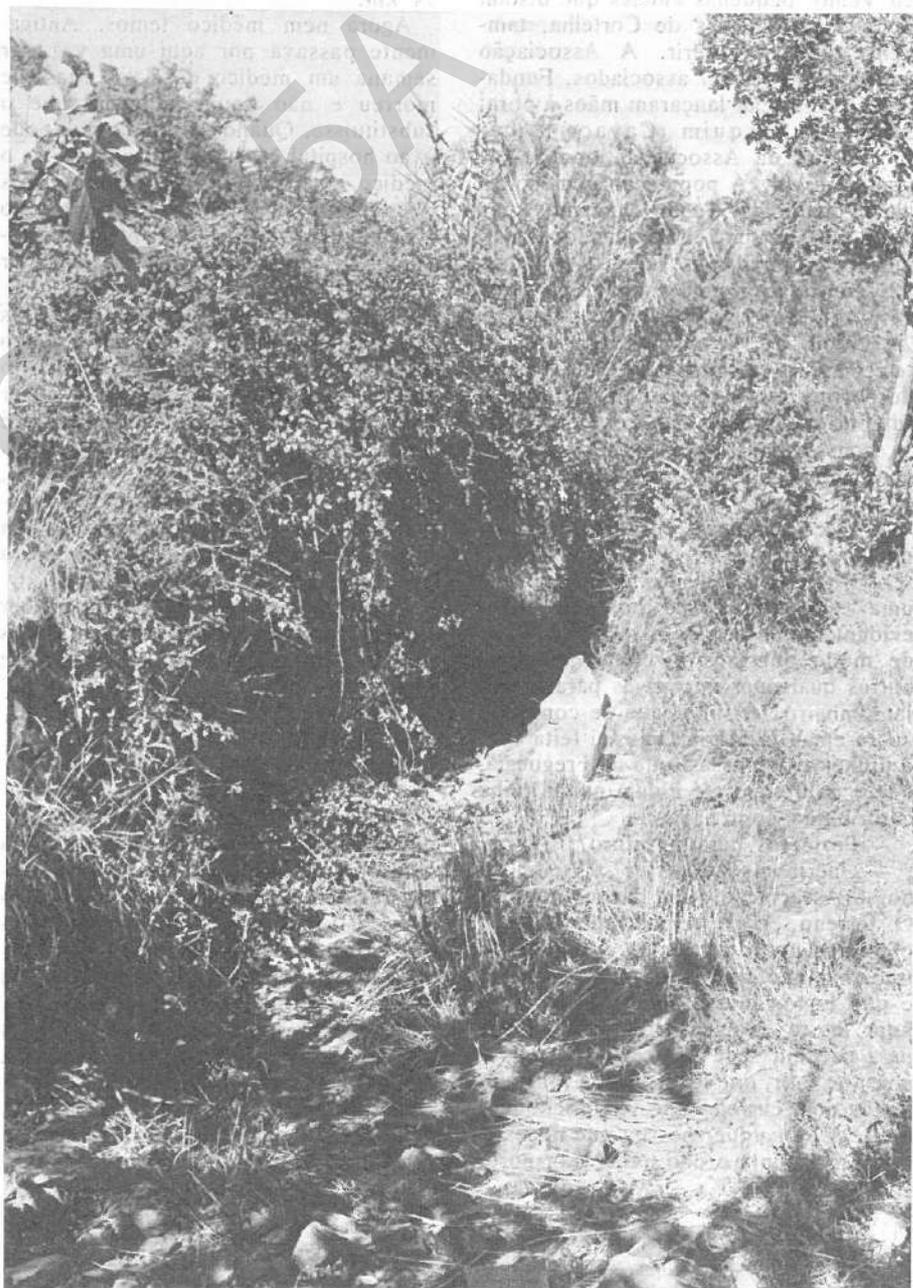
ções no Alentejo e o pequeno agricultor tinha medo de ficar sem a terra.

Garantindo ao pequeno produtor confiança num nível de rendimento e dando-lhe segurança quer na compra de adubos e pequena maquinaria, quer na colocação da sua produção. Garantindo isso, muito mais fácil será eles avançarem para formas mais avançadas de associação como sejam a junção de determinadas terras para exploração em conjunto de forma mais económica; a comercialização em conjunto, etc.

A falta de água, para a agricultura é um problema que se põe com muita gravidade. Julgo saber que se pensa construir um elevado número de barragens ao longo das ribeiras, de modo a regularizar o seu caudal no Inverno e a formar bacias de água, que serão utilizadas no Verão, já que agora elas chegam a esta altura do ano e não têm a mais pequena gota de água.

— É verdade, nós próprios temos andado a detectar locais para a construção de barragens de terra. Precisávamos

Ribeira seca no verão, cheia no inverno. Mas a sua água não é aproveitada. Vai para o mar



mos de muitas, isso viria beneficiar muito a agricultura algarvia e permitiria a introdução de culturas novas que proporcionassem rendimentos mais elevados. Os exemplo que há de barragens de terra no Algarve são altamente animadores. Até mesmo para a criação de ovinos.

O SADA pensa fazer umas centenas. Há já verbas prometidas. Será que isso vai avante? É necessário empreender a construção das barragens de terra antes que chegue o Inverno.

ASSOCIAÇÕES POPULARES

Ao subirmos a serra do Caldeirão, parámos em Cortelha, pequena aldeia situada à borda da estrada, cuja população resolveu organizar-se numa Associação, com vista à execução de melhoramentos locais e fins de beneficência. Os corpos directivos da dita Associação foram eleitos em sistema de votos individuais, por toda a população da aldeia, já que ela aderiu por inteiro à iniciativa. Mas não só. As populações de Vila Maria Dias, Cumeada e Barranco Velho, pequenas aldeias que distam poucos quilómetros de Cortelha, também quiseram aderir. A Associação conta hoje com 227 associados. Fundada a Associação lançaram mãos à obra. Manuel Joaquim Cavaco vice-presidente da Associação, contou-nos como foi: — «A população começou a abrir caminhos e já levávamos uns bons 100 metros feitos quando decidimos pedir auxílio às Forças Armadas, que contrataram uma máquina para nos vir ajudar. Gastaram connosco 27 100\$00. Terraplanámos também um terreno para a construção dum campo desportivo, onde possa ser praticado o futebol, o andebol e outros desportos. Já conseguimos obter a promessa de apoio por parte da Direcção-Geral dos Desportos».

— E como é que vocês arranjavam dinheiro?

— Bom os associados pagam apenas uma quota de 20\$00 por mês. Isto evidentemente não dá para muita coisa, de modo que nós fazemos bailes ou outras quaisquer iniciativas para arranjar dinheiro. A fonte que se construiu agora em Vila Maria Dias foi feita com o dinheiro da nossa Junta de Freguesia, que é Salir, que até à data nunca tinha contribuído com nada».

— Projectos para o futuro?

— Queríamos construir a sede da nossa Associação e um parque infantil. O terreno, já o temos pois foi-nos oferecido por dois sócios. Vontade de trabalhar não nos falta... mas dinheiro é que temos muito pouco. Estamos a lutar neste momento para obtermos para cá uma sede de freguesia, pois a nossa é Salir, que dista 19 km, mas não temos uma carreira que vá directamente até lá. Qualquer pessoa que necessita de ir à Junta e não tenha transporte



Este o terreno onde a Associação dos amigos de Cortelha vai construir a sua sede e um parque infantil para a população de quatro aldeias

próprio, primeiro tem de ir de camioneta até Loulé e aí apanha outro transporte para Salir. Ao todo ida e volta são 74 km.

Agora nem médico temos. Antigamente passava por aqui uma vez por semana um médico de Salir. Mas ele morreu e não houve ninguém que o substituísse. Quando o doente não pode ir ao hospital ou sair daqui, chama-se o médico e são 500 ou 600 escudos. Nós queríamos fazer um consultóriozinho na sede da Associação e então precisávamos de um médico que passasse por cá 1 ou 2 vezes por semana.

A maior parte dos nossos associados são pequenos agricultores e o único produto que lhes dá um certo dinheirito é a cortiça. Que este ano está a ser muito mal paga. Estamos a pensar — é um projecto da Associação — juntar a cortiça toda e vendê-la por inteiro, repartindo o dinheiro obtido pelos associados, consoante a quantidade com que ele entrou e consoante também a qualidade da cortiça.

Para fazermos o muito que há a fazer necessitamos do apoio das entidades oficiais pois o trabalhar não nos mete medo.

«OS POBRES É QUE TÊM QUE FOÇAR»

Encontrámos, por acaso Abílio Antunes Mártires, trabalhador da construção civil por conta própria e neste momento presidente da Junta de Freguesia do Ameixial, num barzito à beira da estrada. Começámos à conversa.

«A Câmara de Loulé entrega todos os anos à Junta de Freguesia 90 contos. Ora 90 contos não é nada. Estamos a pagar a um coveiro que também faz a limpeza das ruas. Pouco dinheiro resta para fazer melhoramentos. No entanto, já conseguimos fazer mais terraplenagens do que as que se fizeram em 10

anos.. Para isso temos contado com o apoio da população, não só com trabalho mas com algum dinheiro.

Temos aqui uma estação de correios que para mandar um vale de correio para Loulé, que fica aqui a 39 km, temos de ir pô-lo a S. Brás, que fica a 34. Queriam construir uns Correios novos, vieram até aí 2 técnicos escolher terreno, mas até agora não se vê nada!

Ninguém olha para cá na serra. Estudos?... Aqui há poucos que saibam o que isso é. Só dois ou três é que tiveram possibilidade de os fazer.

Isto aqui emigrou muita gente. Os pobrezitos que estão prá aí isolados viram os filhos, que andaram de «pata» descalça até aos vinte anos atrás de 2 ou 3 porcos, partir para França. A fome obrigou-os a fugir. Agora vêm com meia dúzia de contos no bolso e viram-se para os pais e dizem: «Não senhor nós não queremos cá o comunismo. Você não vá atrás daquele que é comunista». E digo-lhes mais: — Também eu andei de «pata» descalça e também tenho alguma coisa de meu e não ando como esses andam a defender a classe dos grandes. Porque a nossa classe é a que tem de «foçar» todos os dias. Porque são esses pobrezitos que têm os filhos cheios de raquitismo nos ossos e nem sabem se o mar é azul ou vermelho. Os filhos nunca tiveram um parque infantil para se divertirem 5 minutos. Criam uns bons porcos mas nem por isso lhes comem os bifes nem os presuntos, pois têm de os vender.

Eles que tanto falam no Algarve, com tanta evolução turística, com tanto dinheiro que têm deixado cá e nós cá não temos nada. Nem luz, nem água nem casa de banho.

As pessoas quando passam por aqui nem se apercebem que isto é Algarve. Apercebem-se que isto é uma miséria. E é o que está à vista.

No acto de posse do VI Governo Provisório

Almirante Pinheiro de Azevedo:

Rejeito a social democracia como objectivo final da revolução



O almirante Pinheiro de Azevedo, novo primeiro-ministro, lendo o seu discurso, no acto de posse do VI Governo provisório

Usando pela primeira vez da palavra na qualidade de Primeiro-Ministro, após a cerimónia da tomada de posse do VI Governo, Pinheiro de Azevedo procurou analisar de uma forma sumária toda a amplitude de problemas com que o País se defronta neste momento. Ao salientar a necessidade de construir desde já um clima de «ordem pública» e de «respeito pela autoridade», o almirante Pinheiro de Azevedo teve o cuidado de acrescentar não se referir «a uma ordem qualquer, a uma autoridade qualquer».

Não menos importante terá sido responder a esta elementar interrogação que paira no espírito de muitos portugueses: qual é, afinal, o papel dos partidos sociais-democratas e capitalistas numa Revolução Socialista em marcha? «Admitimos partidos que defendam a social democracia com os quais consideramos ser necessário e útil colaborar, sem no entanto lhes permitir tomar a direcção política do processo revolucionário» — afirmou.

Eis o texto integral do discurso do novo Primeiro-Ministro:

«Todos temos consciência da situação de justificado descontentamento que envolve amplas camadas desfavorecidas da população e da consequente perturbação política e social, que habilmente aproveitada por forças contra revolucionárias põe em perigo o processo revolucionário e as conquistas tão duramente alcançadas pelo Povo Português.

«E sabemos que se torna imperioso encontrar solução para os problemas que nos afectam: ordem pública, autoridade, disciplina e coesão das Forças Armadas, descolonização, economia, relações externas.

«Herdámos do regime anterior ao 25 de Abril um País pobre, corrompido, dependente do estrangeiro.

«Alguns milhões de contos que existiam no Banco de Portugal, pouca ajuda prestam quando um Povo se defronta com o analfabetismo, a miséria nos campos, a difícil situação das pescas, a

ausência de serviços públicos minimamente satisfatórios, a fragilidade de indústria, a exploração das classes trabalhadoras, a tristeza e o luto das guerras coloniais.

«Iniciámos em 25 de Abril um caminho longo e difícil.

«Não é fácil descolonizar territórios onde na sequência de exploração colonial a guerra se travou asperamente durante 14 anos.

«Não é fácil substituir um sistema económico monopolista e latifundiário por uma economia ao serviço de todo o Povo Português.

«Não é fácil percorrer os caminhos da independência nacional.

«São tarefas que exigem lucidez, serenidade, firmeza, determinação, unidade.

«Uma revolução socialista, constrói-se dia a dia, com a participação de todos os que se encontram num horizonte comum de liberdade, de dignidade humana, de justiça social.

«Como o senhor Presidente da República, também eu rejeito a social-democracia como objectivo final da Revolução.

«Pretendo incluir-me num esforço conjunto, consciente e responsável, centrado na edificação da República Socialista Portuguesa.

«Os sectarismos, os oportunismos, as fugas às responsabilidades, por parte de organizações e entidades, que se têm registado, não serão tolerados, e, de imediato, os desmascararei perante a Nação.

«Torna-se necessário construir, desde já, um clima de ordem pública e de respeito pela autoridade.

«Não me refiro a uma ordem qualquer, a uma autoridade qualquer.

«A ordem democrática, e a autoridade revolucionária são imprescindíveis para, com serenidade e firmeza, se consolidarem as vitórias do Povo Português, repensando a Revolução, reformulando os serviços, melhorando a vida do Homem e da colectividade.

«Defendemos a via do socialismo e da democracia pluralista para atingirmos a sociedade socialista.

«O que exige uma clara e firme direcção política.

«Admitimos partidos que defendam a social democracia com os quais consideramos ser necessário e útil colaborar, sem no entanto lhes permitir tomar a direcção política do processo revolucionário.

«Permitimos outros partidos capitalistas definindo-os, desde já, como Oposição ao Socialismo que pretendemos, e não transigindo com acções contra-revolucionárias.

«Vermos com satisfação a convergência das forças socialistas num projecto consequente de transformação da sociedade portuguesa.

«As Forças Armadas, onde se iniciou a Revolução, encontram-se perturbadas com a complexa situação política e, ultimamente, com procedimentos menos correctos da parte de alguns militares e terão de reencontrar rapidamente o necessário equilíbrio.

«A coesão do MFA e a disciplina das Forças Armadas são factores fundamentais que determinam o sucesso ou a derrota da Revolução.

«Coesão obtida num leal e eficiente entendimento político.

«Disciplina consciente, responsável, que permite dar resposta ao que a Nação exige das actuais Forças Armadas, e muito sabemos ser.

«Nos últimos tempos, por razões várias, houve uma real degradação da situação político-militar.

«Todos os homens honestos deste país, militares ou civis, devem analisar o que foi feito, sem anátemas nem agressões estéreis e reencontrar os caminhos da unidade revolucionária, na construção de uma sociedade justa e independente, onde viver, seja um contínuo exercício da dignidade humana.

«Estou certo que o Povo Português, em cujas reais qualidades confio inteiramente estará à altura do desafio da História.

«Em Angola, e Timor, passamos por uma fase muito difícil de um processo de descolonização que, é preciso não esquecer, constitui na globalidade, uma das concretizações de maior mérito da Revolução Portuguesa.

«Procuraremos, com decisão, garantir aos povos angolano e timorense, o acesso à independência, à liberdade e ao progresso, por que tanto lutaram, evitando, sempre que possível, mais sacrifícios e mais dor.

«Aos nossos compatriotas que honestamente trabalharam durante gerações nas ex-colónias asseguramos que tudo faremos para salvaguardar os seus legítimos interesses e que os acompanharemos com total fraternidade nas horas difíceis que estamos sofrendo, procurando solucionar os problemas concretos com que se debatem.

«Aos camaradas que durante as trágicas guerras coloniais, se viram diminuídos, física, ou psiquicamente, asseguro que tudo farei para que seja possível enriquecer o País com o contributo válido que as suas potencialidades asseguram.

«Para os nossos compatriotas emigrantes, trabalhadores que sofreram a humilhação máxima de serem obrigados a abandonar a terra onde nasceram, para garantir condições mínimas de vida às suas famílias, vai a nossa profunda identificação com o patriotismo que em todas as circunstâncias e de forma inequívoca sempre demonstraram. Contamos convosco e sabemos que estão solidários com os objectivos da Revolução Portuguesa.

«Umhas palavras finais, que considero de extrema importância referentes ao VI

Governo Provisório, a que tenho a honra de presidir.

«É um Governo que tem o mérito de procurar, num determinado momento histórico, encontrar a saída para uma grave crise política, económica e social, através de uma definição política conjunta dos três principais partidos políticos.

«Não é um Governo de coligação de partidos, mas sim um Governo de unidade obtida no desenvolvimento e concretização das medidas aprovadas.

«Acredito que o patriotismo, a lucidez, a real capacidade, de todos os elementos que compõem o VI Governo Provisório, se afirmarão ao longo do tempo e justificarão as esperanças que o Povo Português neste momento em nós deposita.

«Ao senhor Presidente da República, general Costa Gomes, companheiro de luta desde o primeiro dia da Revolução, quero manifestar a minha profunda estima e reconhecimento pelo empenho e pela ajuda preciosa que me dispensou e permitiram ultrapassar as dificuldades e constituir o VI Governo.

«Por mim, com humildade revolucionária, mas com toda a firmeza, declaro que tudo farei para corresponder à confiança que me concederam os camaradas do MFA e lutarei para resolver os problemas concretos que afligem ou ameaçam a nossa Pátria».

Trabalhadores agrícolas sem salário há 20 semanas enquanto grandes agrários usufruem créditos bancários — afirmam sindicatos de trabalhadores agrícolas

Afirmando-se dispostos a «tomar as medidas que julgarmos necessárias para que o Processo Revolucionário continue a avançar e afastarmos todos aqueles que não se mostrem interessados na melhoria real das condições de vida dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes e dos operários das fábricas e dos campos», os sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos Distritos de Évora, Beja, Faro, Lisboa e Portalegre, divulgaram uma moção em que, consideram:

«1. que a luta dos trabalhadores agrícolas da Agricultura tem vindo a

encontrar dificuldades na realização de uma eficiente Revolução Agrária ao serviço do Povo Português.

2. Que essas dificuldades estão, no momento, a ser levantadas por alguns gerentes e por alguns funcionários bancários que, por exemplo, já se permitiram tentar, e realizar, saneamentos de camaradas progressistas e têm recusado as imprescindíveis informações bancárias às Comissões de Trabalhadores das Empresas sob seu controlo.

3. Que, em alguns bancos, continua a ser dado crédito aos grandes agrários, enquanto se levantam enormes dificuldades ao financiamento dos pequenos e médios agricultores e se recusam os investimentos nas herdades controladas pelos trabalhadores.

4. Que, já antes do 25 de Abril, os bancários se mostravam decididamente ao lado dos seus camaradas trabalhadores.

5. Que os bancos são do povo e não de minorias privilegiadas ou dos seus fiéis lacaios.

6. Que a Reforma Agrária, assim como a Revolução, não deixarão de ser feitas não obstante as falsas esperanças das forças conservadoras, reaccionárias e fascistas.»

Apelam para os bancários verdadeiramente progressistas que «tomem as medidas revolucionárias necessárias para evitarem que os trabalhadores agrícolas continuem a passar fome.

Neste momento há trabalhadores agrícolas que há 20 semanas não recebem o seu salário — sem que no entanto a Batalha da Produção tenha diminuído. A quase totalidade das terras trabalhadas produzem riqueza para todos nós graças ao esforço desses trabalhadores.»

Os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Évora, Faro, Lisboa e Portalegre, concluem a moção, nos seguintes termos:

Exigimos que a banca seja na realidade posta ao serviço do Povo Trabalhador.

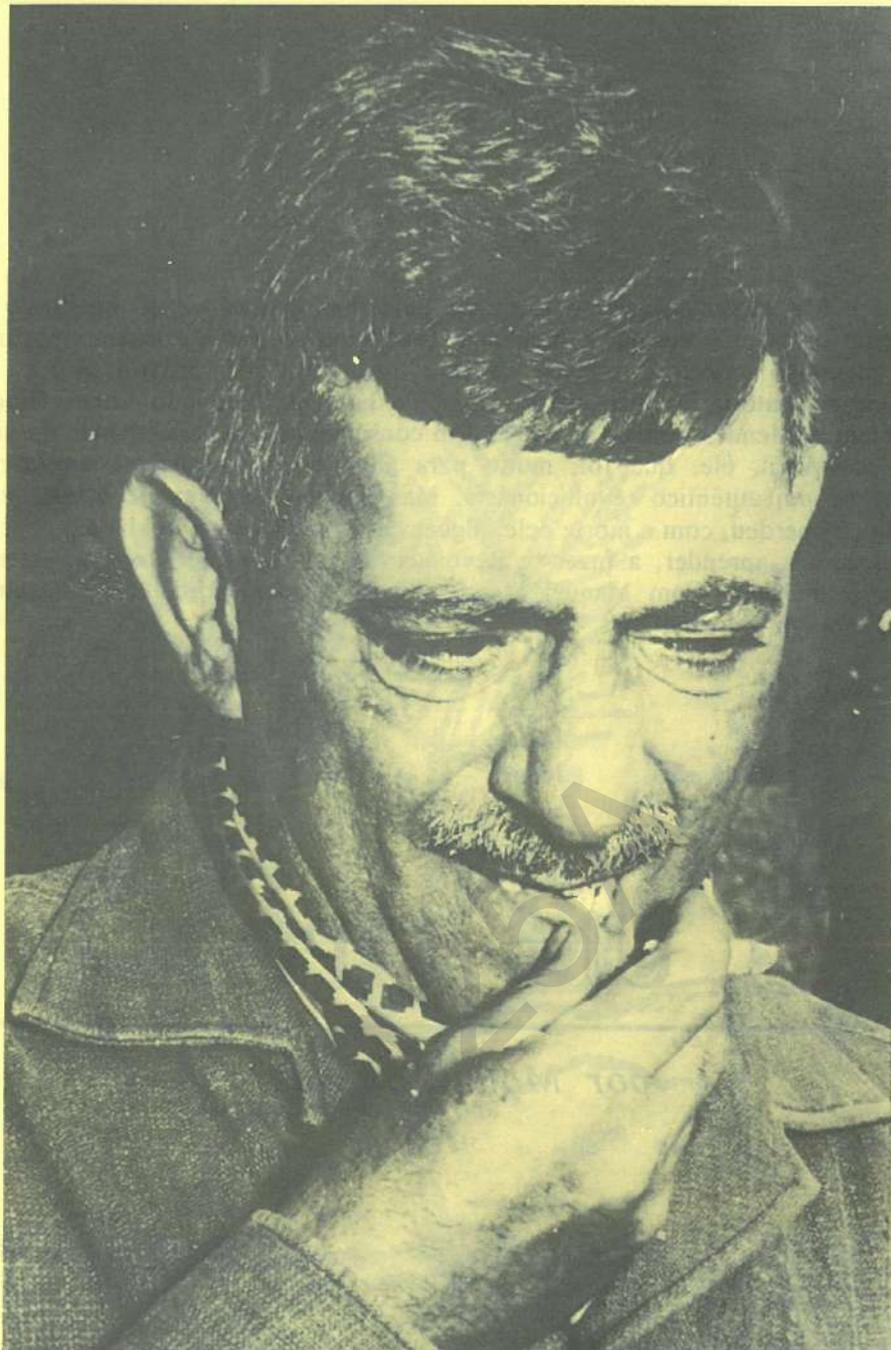
Exigimos que a banca e uns gerentes bancários revolucionários que dêem o devido apoio aos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes.

Exigimos que o crédito seja verdadeiramente aberto aos trabalhadores da Agricultura.

Exigimos uma eficiente colaboração da banca com os camaradas de outros sectores económicos, também já sob o controlo dos trabalhadores.

Exigimos o saneamento de todos os reaccionários, fascistas e ex-legionários que ainda se encontram nos bancos, alguns em lugares de gerência.

Exigimos a reintegração imediata dos bancários progressistas nos seus anteriores postos.»



Não podendo dar-vos a ler por inteiro, os livros de Manuel Mendes, não podendo sequer, neste curto espaço de que dispomos, pintar um retrato acabado do homem que ele foi (morreu em 1969, com 63 anos), pensamos, contudo, que o «apontamento» que dele propomos à leitura, «Um tipo», vos permitirá travar conhecimento sério com o grande escritor e uma avaliação clara da sua hombridade.

Retiramos este texto do «Segundo livro do bairro», uma obra que é «uma vulgar colecção de quadrinhos de género, esboçados apenas, na leveza e anotação rápida do traço, porventura tocados de certo sentimentalismo doce e quem sabe se de fácil pitoresco, mas nem por isso menos verdadeiros. Ganhei afeição a esta forma literária, por se me afigurar, na sua despresumida singeleza, a mais própria e condigna para com algum imprevisito colorir o cenário, e representar com veracidade a gente simples e ignorada, entre a qual fui nado e criado, e a que teimei conservar-me fiel, quer no viver e cuidar, quer no modo distinto de encarar as coisas do mundo.

(...) São apontamentos acidentais, deixados muitas vezes no tosco da primeira forma, mas em que o homem se revela inteiro, fiel a si mesmo, por mais que o tempo corra e a vida «mude», no dizer do próprio Autor, em prefácio-dedicatória a outro grande artista e homem, Fernando Lopes Graça.

Manuel Mendes morreu e perdeu, em consequência, a possibilidade de viver o 25 de Abril, ele, que foi, muito para além de um resistente antifascista exemplar, um autêntico revolucionário. Mas podemos igualmente dizer, que a Revolução perdeu, com a morte dele, alguém que muito a teria ajudado a criar-se, a crescer e a aprender, a fazer-se Revolução como ele se fez homem; «inteira, fiel a si mesma». Com Manuel Mendes vivo, algumas infidelidades, estamos certos, teriam sido evitadas.

UM TIPO

por Manuel Mendes

Aqui as tardes são tudo! Para Baixo estende-se a mancha parda dos telhados enegrecidos pelo tempo, e para o alto o céu interminável, a grande abóbada azul, agora, nos entardeceres de Verão, tão límpida e pura, tão vaidosa, a espelhar-se nas águas quietas do rio, e que lá para o Outono se põe dramática e eloquente, paramentada com grandes vestes de nuvens incendiadas, rubras e revoltas — espectáculo de majestade surpreendente, maior que o das montanhas ou do mar, mais rico ná variedade infinita das suas mutações de cor e forma. Não conheço outro assim.

É nestas tardes cálidas e doces que me sento à janela, a alargar os olhos deslumbrados, a encher os pulmões deste ar lavado que vem das alturas, ou, quando sopra certo vento, traz consigo o sabor doce da maresia. Aqui medito no viver desta afadigada gente que me cerca, da grande tribo que à minha volta se agita como abelhas num cortiço. Sei quem se abriga debaixo destas telhas, porque tudo aqui me é familiar, os homens e as coisas, os bichos e as árvores enfezadas das ruas e dos quintalórios. Tudo me chama à lembrança da vida que juntos vamos vivendo, do tempo que não pára e nos consome. Uns envelhecem irremediavelmente — quem há que não envelheça? —, outros calaram-se para sempre, na simplicidade admirável das suas mortes ignoradas. E muito embora estes exemplos merecessem uma palavra, é fraca, aqui, a memória dos homens, e das vidas que se foram não reza a história.

Eu não, eu teimo em lembrá-los, em trazê-los comigo, a todos, mortos e vivos. São eles que me enchem estas grandes tardes de céu aberto. Às vezes basta um nada para tudo acordar. Nunca me falta companhia.



Uma ilustração de Bernardo Marques

No jardimzinho lá de baixo — são quatro palmos de terra com canteiros —, em volta do limoeiro, que todo o ano dá flor e fruto, grandes limões dourados, brincam dois petizes vivos como demónios. São os filhos da Carolina. Ela, desde rapariga, foi sempre tristonha e atada, o que vulgarmente se chama uma pata-choca. Oxalá os rapazes saiam ao avô. Esse sim, esse foi homem, um verdadeiro homem!

Pequeno, musculado e forte, dir-se-ia feito de uma peça só, e tudo nele era como expressão acabada do vigor e da decisão. O olhar leal e penetrante não se desviava um momento de quem quer que fosse que tivesse de encarar — fitava com firmeza e confiança. As palavras que lhe saíam da boca eram sóbrias e medidas, e expressavam exactamente o que valiam, sem que pela intenção um «sim» ou um «não» quisessem dizer «talvez». Se ria, era porque e verdade sentia contentamento, e se as lágrimas lhe atagavam os olhos, é que alguma dor verdadeira o mortificava, ou a emoção e o enternecimento lhe tocavam fundo o coração. Incapaz de dissimular fosse o que fosse, sentimentos e ideias eram nele como quaisquer formas de coragem e de franqueza. No

resto, assemelhava-se a todas as outras criaturas, a todos nós, sem mais nem menos arrogância ou vaidade, possuído daquelas virtudes singelas que fazer o homem comum — simplicidade de hábitos e gostos, correcção natural e lhanura de maneiras, e um pendor irresistível para as coisas familiares e risonhas, para o encanto dos actos correntes da vida, que ainda são os que mais fundo calam no ânimo dos homens.

Assim conheci o senhor Alexandre, na constância destas qualidades triviais, fortes de carácter, com temperamento igual, tranquilo, rico de afeições e simpatias, mas indomável de austeridade, na defesa dos seus pontos de honra, nos actos do seu verdadeiro querer — daquela viva e sã vontade. Então, dir-se-ia que se imaginava sozinho no mundo, ao desamparo, sem em mais nada ter confiança que na própria coragem, e por isso, talvez, eu o via caminhar de punhos cerrados, as unhas fincadas nas palmas das mãos, como se a cada instante se exercitasse no culto da energia e do querer, como se cada passo do seu caminho fosse para ele acto de combate. Era uma vida em constante tensão, que vibrava como cabo esticado, a que o menor embate de força contrária, leve golpe de vento que fosse, arrancaria um som agudo e cristalino. E cada manhã que rompia encontrava este homem de pé, firme no seu posto, encarando de frente obrigações e contrariedades, querendo à vida como uma luta em que se tivesse empenhado, triunfo que havia a todo o custo de ganhar.

— Quanto tenho, quanto sei e o pouco que valho, à vontade e querer o devo. Não me gabo de outras virtudes nem de outros talentos. O segredo da vida está em não ambicionar mais do que se pode ou mais do que nos compete, mas esse pouco ou esse muito conquistá-lo e mantê-lo com vontade e teima, com quanta força é capaz o nosso coração. Por mim, penso que ganho o ar que respiro, como o alimento de que me nutro — o pão que como e o vinho que bebo. Ponho nos gestos, nos menores actos da minha vida, toda a convicção de que sou capaz. Em mim, a consciência do homem não se apaga, nem quando durmo.

De facto, assim era — em verdade, assim procedia. A existência foi para ele uma luta pagada, o combate de cada instante, não por receio ou desconfiança — sentimentos inferiores e pequeninos não faziam ninho naquele peito —, mas por essa tensão forte da vontade, pelo querer teimoso e viril. A vida não o cercava de mais nem de maiores perigos do que a qualquer outro de nós, mas esses, quando viessem, encontrá-lo-iam de pé pronto para o combate.

— Um dia, a morte bateu-me à porta. Tratei-a mal, corri-a a pontapé. Não era justo morrer naquela hora. Quando vier de razão, hei-de recebê-la bem.

— Mas a morte nunca vem de razão, senhor Alexandre!

— Ai, vem, vem! É a morte resignada e quase feliz dos velhos. Com a minha idade já a começo a compreender. Mas desta vez, senti que à traição me deitava as mãos às goelas, que o alento já me faltava. Chamei quanta força havia na minha revolta, e até injúrias lhe atirei à cara. Berrei, barafustei, tratei-a a pontapé! Não chegara ainda a hora. Meteu-se-me na ideia que era muito o que tinha ainda para viver, e lutei a pulso, até me libertar das garras frias. Foi um esforço terrível, mas ganhei a partida, a mais dura das partidas. Não podia ser, não havia razão para morrer naquela hora!... Quando a luta acabou, senti-me como morto, a suar, a resfolegar fundo, mas contente, confiado em mim — contente e orgulhoso da minha vontade!

— O senhor Alexandre é o diabo!

— A vida que vivemos é preciso merecê-la, amigo, e só ganha tem sabor. Eu sei que a morte há-de voltar, que é o cabo e termo de tudo, mas para me ter, para me levar, há-de primeiro quebrar-me o ânimo. A vida que vivo é minha, só minha. Hei-de defendê-la!...

E espalmava com força a mão no peito:

— Minha!...

Há que ror de anos isto foi! O senhor Alexandre morreu de velho e não se importou. Despediu-se de todos, a sorrir, quase orgulhoso de dar uma tão grande alma ao criador. A mim disse-me ele, pouco antes de se lhe acabarem os dias:

— Isto está no fim. Que venha a senhora Morte! Agora tem pouco que levar. São os restos!...

— Oh, senhor Alexandre!...

— Já te disse: apenas os restos!

A noitinha começa a cobrir a terra. No jardinzito calaram-se os risos e os gritos das crianças. Uma leve aragem arrefece o ar e já nem o rubor do sol-posto tinge o céu. E por entre as sombras que descem, torno a ver na lembrança o senhor Alexandre. Lá vai com os punhos cerrados, as unhas fincadas nas palmas das mãos, e marcha no seu passo rápido e firme, a caminho de um destino, que nele não é qualquer, mas o que leva na vontade, o que firmemente foi escolhido pelo seu querer viril de homem austero.

Fixados valores máximos para as rendas agrícolas

A I Série do *Diário do Governo* de hoje insere uma portaria do dr. Oliveira Baptista, na sua qualidade de ministro da Agricultura (e Pescas) do V Governo Provisório, fixando os valores máximos das rendas de explorações agrícolas para o ano em curso. Trata-se da aplicação prática do artigo 41.º da Lei do Arrendamento Rural (Decreto-Lei n.º 201/75, de 15 de Abril), e vem procedida de considerandos vários onde avulta a necessidade de desagradar significativamente os rendeiros que estavam sujeitos a rendas pesadas, isto num País em que «a maior percentagem



Os trabalhadores agrícolas continuam ainda muito abandonados a si mesmos, à pobreza e ao trabalho duríssimo e rudimentar

da produção agrícola nacional provém das explorações agrícolas familiares».

Destas explorações agrícolas familiares, muitas — constata o legislador — são sobre terra arrendada. Assim sendo, o estabelecimento que agora se fez de um limite máximo para as rendas a pagar poderá contribuir para a melhoria da vida desses milhares de famílias camponesas.

Há um caso agudo a encarar: o de alguns senhorios idosos, ou por qualquer outra razão incapazes de trabalhar, e que não tenham mais fontes de rendimento. A seca aplicação dos valores máximos das rendas, sem providências auxiliares, implicaria com a sua sobrevivência. É desta forma que a portaria admite aqui a hipótese de a propriedade passar para o IRA em

troca da garantia de uma pensão de reforma (através do Fundo de Previdência das Casas do Povo ou do Fundo Especial de Reestruturação Agrária). «Compete à colectividade», em suma, assegurar meios de subsistência aos senhorios em tais circunstâncias.

Os problemas não se esgotam neste passo. Por exemplo: como agirão os valores máximos das rendas agrícolas sobre o mercado? O abaixamento das rendas operado por via da presente portaria diminuirá a quantidade de bens agrícolas oferecidos à população? O legislador pensa que não e escreve: ficando nas mãos do rendeiro uma parte maior do produto do seu trabalho, «é de prever que essa parte se destina ao mercado, melhorando, ou pelo menos não diminuindo, a quantidade de bens agrícolas no mercado».

MÁXIMOS

Vejamos seguidamente os máximos fixados:

Cultura arvensse de regadio — por hectare, por 1000 metros quadrados ou por metro quadrado (e por pé, no caso das plantações), 4000\$00/hectare no caso do aproveitamento com base no milho (ou batata) e 2500\$00/hectare no do aproveitamento com base no arroz; por quilo (ou por litro) da produção total média anual da principal espécie cultivada, \$80/kg no caso do milho, \$30/kg no da batata e \$60/kg no arroz;

Cultura arvensse de sequeiro — aproveitamento com base na batata, 2000\$00/hectare ou \$30/kg; milho, 1300\$00/hectare ou \$80/kg; trigo, 1200\$00/hectare ou \$80/kg; e centeio, 500\$00/hectare ou \$70/kg;

Vinha (e videiras cultivadas sob outras formas) — 7000\$00/hectare na vinha contínua; aplicação do critério da renda máxima por litro em litros nas outras formas de cultivo; e \$70/litro se a renda for deste tipo;

Olival e oliveiras dispersos — 2000\$00/hectare (na alternativa, 35\$00/oliveira) ou 13\$50/litro (azeite).

Arvoredo frutícola e pomares — \$70/kg de fruta indiscriminada;

Cultura hortícola — 1\$20/metro quadrado na cultura altamente intensiva nas areias do Litoral Norte, com o lençol frático a pequena profundidade, conseguida artificialmente; e 6000\$00/hectare nos restantes casos;

Prados permanentes — 2500\$00/hectare;

Arrendamento de campanha — tomate: se a água for do proprietário da terra, 3500\$00/hectare ou \$10/kg; se for do Estado, 3000\$00/hectare ou \$80/kg.

APLICAÇÃO

A portaria inclui ainda algumas regras de aplicação. Sempre que um prédio rústico produza mais do que uma das culturas previstas na tabela acima discriminada, a renda deve calcular-se com base na produção média anual de cada uma dessas culturas (considerando, em relação às culturas arvenses, apenas a cultura principal de cada rotação ou sucessão), e multiplicando as produções médias anuais em quilos ou litros; quaisquer outras produções não são de considerar para efeito de fixação da renda.

Em caso algum poderão as rendas ser superiores às rendas máximas por hectare constantes da tabela e estabelecidas para a cultura mais importante, ressalvando-se o caso da associação de culturas anuais como arbustivas ou arbóreas (vinha, olival, arvoredo frutícola), caso este em que a renda pode ultrapassar a renda máxima por hectare constante da tabela, não podendo, no entanto, exceder nunca os 7000\$00 por hectare.

O vinho dos produtores directos não pode, em nenhum caso, ser considerado para efeito de renda, considerando-se os pés de vinha como não existentes para esse efeito.

No caso de o senhorio e o rendeiro não chegarem a acordo sobre a produção média anual de cada um dos prédios arrendados, o conflito será resolvido, a pedido de qualquer das partes, pelos serviços regionais do ministério.

Enfim, para os prédios em que se praticam predominantemente culturas não se fixa rendas máximas: tudo depende, neste caso, do acordo das partes.

Diário Lisboa, 19-9-75

Mais de mil padres espanhóis contra a execução dos patriotas condenados

MADRID (F.P. e R.) — Numa carta dirigida ao arcebispo de Madrid, mons. Vicente Enrique y Tarancon, mais de um milhar de padres espanhóis pedem que a Conferência Episcopal se pronuncie «contra a pena de morte» em Espanha e intervenha junto dos poderes públicos para obtenção de «clemência» a favor dos dois militantes bascos e dos três membros da FRAP condenados à pena capital em Burgos e em Madrid.

Os padres denunciam, por outro lado, aquilo a que chamam «ameaças» motivadas pelo «exercício da sua missão», devido «às decisões actuais do Governo». Achem que «ao falar com desempregados, ou muito simplesmente com descontentes, podem cair sob a alçada de um ou outro dos artigos do decreto-lei recentemente publicado que visa combater o terrorismo.

de quentamente, podem ser «punidos». «Como homens e como padres», acrescentam, «temos a impressão de que este decreto-lei não é feito para evitar actos de terrorismo e sentimentos ameaçados, como tantos outros cidadãos deste país».

O conselho de moradores preocupa-se com a sorte dos senhorios pobres

O problema dos senhorios pobres que viviam dos escassos recursos das rendas de casas que foram (ou vão ser) expropriadas, sobretudo nas «ilhas», para melhoramento das condições habitacionais, está a causar preocupação ao conselho revolucionário de moradores

do Porto, pois não é, justo — sendo mesmo desumano e condenável — que a sociedade os deixe sem recursos e, consequentemente, atirados para a miséria, pois a verdade é que há senhorios mais pobres que os inquilinos.

O conselho revolucionário de moradores do Porto informou que, na defesa dos senhorios pobres, está em estudo um projecto de decreto-lei para que estes, em vez, da indemnização a que têm direito (e que às vezes não é muito grande), recebam uma renda mensal nunca inferior ao ordenado mínimo. Aos outros — aqueles que têm posses continuar-se-á a aplicar a lei vigente, com uma ou outra alteração.

Este problema dos senhorios pobres que foram expropriados é grave, na medida em que alguns deles estão, nesta altura, a viver de um subsídio da comissão de moradores, porque deixaram de receber a renda há meses e ainda não lhes foi paga a indemnização a que justamente têm direito.

Diário Popular, 12-9-75

Cooperativa de pescadores

Conscientes de que só unidos e organizados em volta dum trabalho comum, será possível salvaguardar os seus interesses, alguns pescadores de Peniche constituíram uma cooperativa de produção, formando a «Sociedade Operária de Pesca Unidade de Peniche, SCARL».

A cooperativa, que se destina à pesca artesanal longínqua, tem a sua sede em Peniche, na Travessa dos Mareantes, 2.

A formação desta cooperativa, que conta com uma unidade pesqueira devidamente apetrechada foi, desde o seu início, apoiada pela Secretaria das Pescas.

República, 18-9-75

Médicos para a província

Como primeira etapa com vista à descentralização dos serviços de assistência médica hospitalar em Janeiro vão ser enviados para alguns hospitais distritais, da zona Sul, 162 dos cerca de 500 médicos que, no último ano lectivo, terminaram o curso da Faculdade de Medicina de Lisboa. Os restantes serão distribuídos, em igual número, entre o Hospital de Santa Maria e os Hospitais Cívicos de Lisboa. Emtretanto, no Porto, concluíram o curso cerca de 300 e, em Coimbra, cerca de 260.

Segundo informações prestadas por dois elementos da Comissão do Internato Básico de 75/77, o antigo sistema de um ano de estágio e outro de policlínica é agora substituído por dois anos de medicina tutelada, praticados nos hospitais distritais, aos quais se seguirá um ano de serviço periférico não tutelado, praticado noutros estabelecimentos.

Este novo sistema implica, portanto, a deslocação, para os hospitais distritais, de outros médicos que irão acompanhar o trabalho dos recém-saídos da Faculdade.

Por outro lado, antes do início do trabalho nos hospitais, os novos médicos farão um curso de saúde pública, durante três meses e com início na primeira semana de Outubro. Este curso consta de três fases: 4 semanas de curso teórico, em Lisboa; 4 semanas de trabalho prático, em grupos de dois e a nível concelhio; e três semanas para elaboração de relatórios e discussão dos mesmos.

Inquérito rastreio e levantamentos

Ao longo de dois anos de trabalho nos hospitais distritais, os novos médicos procederão a trabalhos de inquérito, rastreio de doenças, levantamentos e participação em campanhas de vacinação, entre outros trabalhos. Todo este trabalho, disseram-nos, permitirá que se detectem doenças, na sua fase inicial, o que irá facilitar o tratamento.

Tencionam ainda os novos médicos, proceder no seu trabalho diário de duas horas nos centros de saúde da periferia das zonas onde estejam a trabalhar, ao esclarecimento das populações, quanto aos cuidados a ter para se evitarem determinadas doenças.

A escolha dos hospitais distritais onde os novos médicos irão trabalhar foi feita por uma comissão especial, que visitou os diversos estabelecimentos. Devia incidir, sobre os hospitais que, entre outras condições, tivessem pelo menos os serviços de cirurgia, medicina, obstetrícia e pediatria. Segundo nos informaram ainda os dois elementos da Comissão do Internato, a maior parte destes hospitais tinham quadros não preenchidos.

O prazo para inscrições na lista de voluntários abriram no passado dia 15 e terminaram no dia 24.

As vagas abertas são as seguintes: 15, em Potalegre; 18, Beja; 15, Évora; 21, Setúbal; 18, Funchal; 12, Angra do Heroísmo; 18, Ponta Delgada; 12, Torres Novas; 12, Vila Franca de Xira; e 21 Cascais.

República, 22-9-75

CHILE

Dois anos depois a miséria nas ruas de Santiago

Fêz dois anos no dia 11 de Setembro que o presidente Salvador Allende morreu, de armas na mão, ao defender o seu Governo socialista legal do brutal assalto ao poder por parte de militares de direita encabeçados pelo general Augusto Pinochet. Na experiência de três anos em que, apesar de ter atizado as mais violentas paixões da história política chilena, se conseguiu introduzir

toda uma série de reformas susceptíveis de causar a animosidade norte-americana, através da tristemente célebre Agência Central de Informações, CIA, tudo se fez então para pôr termo à «experiência chilena».

Salvador Allende subiu ao poder com 36,3 por cento do eleitorado, defendendo uma «revolução na legalidade». Os outros partidos da esquerda chilena que controlavam o poder Executivo, e, em parte a Administração, atrasavam muito a acção do falecido presidente com disputas internas sobre a estratégia e a tática a seguir. Mesmo assim, Allende acelerou o programa de expropriação de terrenos agrícolas, de nacionalizações de indústrias e de bancos privados. Foram porém as nacionalizações do cobre e do ferro que maior hostilidade levantaram no mundo capitalista. Paralelamente, a oposição conservadora ganhava uma cada vez maior implan-

tação no terreno, aproveitando-se das disputas partidárias em que a esquerda se debatia.

Sobre a morte do presidente chileno correm duas versões. Segundo os adversários de Pinochet, Salvador Allende teria sido assassinado por uma patrulha militar que entrara no palácio de La Moneda, sede da presidência em Santiago do Chile. Oficialmente, segundo um comunicado militar emitido pouco depois do golpe de Estado, o presidente ter-se-ia suicidado com uma pistola-metralhadora que lhe tinha sido oferecida pelo primeiro-ministro cubano, Fidel Castro.

Dois anos depois, o sofrimento, a austeridade, o desemprego e preocupantes indícios de declínio económico assinalam a actividade desenvolvida pela junta militar de Pinochet.

A Capital, 11-9-75

O presidente Salvador Allende no palácio de la Moneda, defendendo, de arma na mão, o socialismo chileno. Alguns instantes mais tarde seria assassinado pelos fascistas de Pinochet



Reforma agrária em marcha: expropriadas 203 herdades

Sob propostas do Instituto de Reorganização Agrária e dos Conselhos Regionais de Reforma

Agrária dos respectivos distritos, foram mandados expropriar, pelo Ministério da Agricultura e Pescas, 203 prédios rústicos descritos em quatro portarias publicadas ontem no «Diário do Governo». As propriedades expropriadas, muitas delas de grandes dimensões, situam-se: 5 no distrito de Setúbal, todas no concelho de Alcácer do Sal; 109 no distrito de Évora disseminadas

pelos concelhos de Arraiolos, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos, Vendas Novas e Viana do Alentejo; e 89 no distrito de Portalegre, distribuídas por Alter, Arronches, Avis, Campo Maior, Fronteira, Gavião, Monforte, Ponte de Sor e Sousel.

Diário de Notícias, 18-9-75

Entrevista com o Director do IARN

(Instituto de apoio aos retornados nacionais)

A descolonização, uma das grandes tarefas da Revolução portuguesa, e a mais cumprida, até hoje, de um modo que nos valeu, de resto, o reconhecimento mundial, não podia ser, só, está bem de ver, questão de fazer um decreto e já está. Dos muitos problemas resultantes de uma tomada de posição política dessa grandeza, um nos toca, hoje, de maneira dramática: a «guerra» que opõe os Movimentos de libertação angolanos, que veio a criar para os Portugueses residentes nessa nossa ex-colónia uma situação de total incerteza ou incapacidade de continuarem inseridos num processo que não alimenta mais as suas aspirações ou interesses.

O retorno desses colonos tem criado, era fatal, problemas para a sua inserção na vida portuguesa. Com as dificuldades de resolução das questões económico-sociais já levantadas pela crise internacional e nacional, os «retornados» vêm acrescentar mais dificuldades a essas dificuldades. O Governo português tem, contudo, envidado todos os esforços no sentido de conseguir, para os que regressam, condições de vida possíveis e, mesmo, satisfatórias.

Foi criado, com esse fim, o IARN, (Instituto de apoio aos retornados nacionais), de cuja actividade fomos colher notícias, junto do major Cardoso Amaral, director do dito Instituto. Eis o teor dessa entrevista:



O director do IARN falando para o Correio do Povo

CdP — Quantos desalojados se encontram actualmente em Portugal?

CA — Entre os que vieram pelos próprios meios e os que têm chegado pela ponte aérea, encontram-se aproximadamente cem mil retornados.

CdP — Qual é o número total das pessoas que ainda deverão ser evacuadas?

CA — Cerca de duzentos mil. Estão a chegar diariamente cerca de três mil pessoas, transportadas em dezassete

aviões. Esperamos receber cinco mil pessoas por dia.

CdP — Que quantidade de angolares (moeda angolana) é permitida a cada retornado trocar por escudos?

CA — Os maiores de dezoito anos têm, à chegada, uma troca de cinco mil angolares, à razão de um escudo por cada angolar. No próprio aeroporto realizam esta troca, mediante a apresentação de um documento passado pela Inspeção de Créditos e Seguros de Angola.

CdP — Que tipo de subsídios recebem ao desembarcar?

CA — Os mais necessitados recebem um subsídio alimentar com o qual devem manter-se até receberem o subsídio de desemprego. Logo à chegada, preenchem uma ficha inquérito para efeitos de assistência médica, abono de família e demais regalias sociais. O subsídio de desemprego, passam a recebê-lo no local de residência.

CdP — Onde são alojados os retornados logo que chegam?

CA — Os que têm casa dirigem-se para lá. De qualquer forma, todos têm garantido alojamento, durante alguns dias, em hotéis e locais devidamente preparados para recebê-los. Os que vão viver no interior, recebem uma guia de transporte para as suas províncias.

CdP — O que acontece com os Portugueses que lá estavam reformados ou trabalhavam nos serviços estatais?

CA — Os reformados e adidos dirigem-se à Secretaria de Estado da Descolonização, que é o organismo responsável autorizado para tratar destes casos.

CdP — Quais são as dificuldades encontradas pelo IARN para dar resposta aos problemas imediatos dos retornados?

CA — Apesar de possuir recursos suficientes para fazer frente às necessidades materiais, notadamente alimentos e vestuários, o IARN depara com a falta de resposta para a solução dos problemas ao nível nacional. Um exemplo claro disto é a encomenda feita às fábricas de roupas de inverno, que não possuem meios para satisfazer em tempo o volume dos pedidos. Para tal, apelamos à população que nos auxilie, enviando roupas de Inverno, que serão entregues aos que mais necessitarem.

CdP — Quais as medidas tomadas visando a integração dos retornados à vida económica e social do País?

CA — Embora ainda na fase inicial e com muitas dificuldades, devido a todos os problemas que o País atravessa, estamos elaborando um planeamento ao nível nacional, em conjunto com os demais organismos do Estado. Pensamos iniciar, a curto prazo, com experiências de cooperativas, ligadas à reforma agrária, e de autoconstrução de casas.

CdP — O IARN tem recebido inúmeras ofertas de auxílio por parte de partidos políticos e também de particulares. Poderia dizer-nos qual a posição do IARN, frente a estes oferecimentos?

CA — Em princípio, aceitamos a ajuda desinteressada de toda a gente. Por outro lado, deixamos claro que o IARN trabalha unicamente com os organismos oficiais do Estado. Tudo o que vier às nossas mãos é como se fosse anónimo. A distribuição é feita pelos organismos do Estado ao nível nacional. Muitos têm sido os oferecimentos que escondem uma tentativa de aproveitamento político demagógico. Até mesmo de Organismos internacionais. O IARN é muito claro e por isso alguns desses oferecimentos são mesmo retirados após terem conhecimento

da nossa posição. Não admitimos o aproveitamento político através do IARN e pensamos que uma ajuda realmente desinteressada não deve estar condicionada a autopromoções de qualquer espécie.

CdP — Quanto aos organismos não-estatais criados também para o auxílio aos retornados, trabalham juntos com o IARN?

CA — Temos conhecimento da existência desses organismos, mas nenhum deles trabalha com o IARN.

CdP — A quanto ascendem os gastos efectuados pelo IARN?

CA — Até ao momento, só em transportes gastámos cerca de um milhão e meio de contos. Até ao final da ponte aérea os gastos somarão outro milhão e meio. É importante notar que o IARN tem praticamente alimentado as populações de Nova Lisboa e parte de Luanda. Os aviões, quando partem novamente para África, vão cheios de alimentos.

PINHÃO, Alto Douro

Junta de freguesia e jovens realizam um sonho

O Pinhão, aldeia de mil e poucos habitantes, é o centro da região vitivinícola mais importante do País, o Alto Douro, produtora do célebre vinho tratado, fino ou generoso a que chamam vinho do Porto. A povoação estende-se por pouco mais do que uma longa rua, no fundo de um vale junto ao rio. Ali, numa espécie de funil, essas mil e tal pessoas, quase todas comerciantes, e mesmo grandes comerciantes (o Pinhão conta, por exemplo, mais armazenistas de mercearia do que uma grande parte das cidades portuguesas) agitam-se, no importante entreposto que é a aldeia, entre camionetas de carreira, de carga, táxis e muitos outros carros, que chegam e partem; e comboios que passam, num clima que, para além da tensão que o comércio cria, é penoso: «nove meses de inverno e três de inferno», dizem. É verdade. E é o que permite, de resto, que as uvas da região, regadas pelo inverno e amadurecidas por tal estio, se transformem no tão apreciado «néctar», que faz movimentar, na região, muitos e muitos milhares de contos. E ajudou a enriquecer os «colonos», desembarcados há três ou quatro dezenas de anos naquele far-west, e que hoje, após muita labuta, é certo, foram juntando dinheiro até à, pode dizer-se, riqueza, em muitos casos.

Terra de verão insuportável, com sezões e outras maleitas tropicais, o Pinhão, como quase todo o vale do Alto Douro, fica exposto à canícula, sem sombra nem distração possíveis.

Ali falou, desde sempre, da construção de uma avenida marginal, que permitisse, nos fins-de-dia estivais, um passeio reparador. Fora essa ideia já de António Manuel Saraiva, estimado presidente da Junta de Freguesia dos anos quarenta e mais, embora o próprio lhe chamasse não ideia mas «utopia». As-

sim o lemos numa entrevista que concedeu a um jornal de número único, editado na aldeia, em 1943, 10.º aniversário da freguesia do Pinhão.

25 DE ABRIL — UMA NOVA JUNTA DE FREGUESIA

Foi, porém, o 25 de Abril. A nova Junta de Freguesia, eleita em consequência da mudança de regime, herdou a ideia que Juntas anteriores não haviam rejeitado mas não haviam, também, conseguido materializar. E, no meio das inúmeras tarefas que as funções implicam, o grupo, hoje reduzido a duas pessoas, Agostinho Monteiro e Carlos Tomé, meteu-se à obra de dinamizar a população da terra, as mais das vezes egoistamente agarrada a problemas pessoais e reticente perante tarefas de interesse público, no sentido de concretizar o «sonho». Não podemos, contudo, deixar de creditar o grande mérito desta iniciativa a Orlando Gaspar, engenheiro da Câmara do Porto que, logo ao descobrir o Pinhão, visionou a obra. E fez (gratuitamente) o projecto. E animou a malta. E propôs trabalho colectivo ao povo. Seguido pela Junta. E apoiado pelo hoje presidente da Câmara de Alijó, Camilo Botelho, advogado desde sempre da causa antifascistas e do progresso da região.

No Pinhão, fomos encontrar, por vezes mesmo ao fim do dia e em manhãs e tardes de sábado ou domingo, um grupo de 20, 30 jovens, acarretando pedra, britando-a, alinhando o terreno, já traçado e aplainado ao longo do rio, na forma da futura marginal, que um campo de basquete e uma piscina, mais uma esplanada, balneários e pequeno parque de campismo com-



Agostinho Monteiro, presidente da Junta de freguesia do Pinhão: «O que nos importa é que toda a população colabore connosco».

pletarão. Jovens militando num trabalho comum, para a comunidade: o Edgar, o Lúcio, O Chico Nunes, o Agostinho, o Luciano, o Zé Azevedo, e tantos outros.

— Precisamos de dinheiro, claro. Vamos fazer um pedidório, de resto, — disse-nos Agostinho Monteiro, o Presidente da Junta. — Mas o que nos importa mais é que o pessoal venha trabalhar connosco. Se fôssemos pagar o trabalho e a colaboração que já nos deram, não chegariam muitos contos de réis.

O MFA, por seu lado, vai mandar máquinas, uma ou duas. Que já devem estar a trabalhar, a esta hora.

— Aqui ninguém faz nada. Não acredito, — houve também quem nos dissesse.

ORLANDO GASPAR: «ASSIM SE FARÁ A REVOLUÇÃO»

Orlando Gaspar tem, no entanto, uma ideia bem diferente sobre a matéria:

— Quando aqui cheguei, fiquei mobilizado com as potencialidades daquela beira-rio, que é maravilhosa. Tem condições excepcionais para darmos ao Pinhão, que é uma terra de grande importância e essencial para o desenvolvimento de toda a região, um pulmão absolutamente necessário. E lançamo-nos a fazer a obra. Estes rapazes da Junta de Freguesia também ajudaram a dinamizar-me. Deram-me exemplos. Vi-os, uma vez, um domingo inteiro, dentro de uma vala, a lançarem uma conduta, para que o Pinhão não ficasse sem água durante uma semana. Fiz o projecto da avenida marginal, entre a ponte e a praia, mas é claro que essa obra tem de ser apoiada pela população.

— Pensa que através de obras como esta, que mobilizam as populações, poderá contrariar-se o avanço da reacção, no Norte, e recolocar estas regiões no caminho da revolução?

— Aqui no nosso concelho, de Alijó, não sofremos ataques da reacção. Pelo menos visíveis. E porquê? Porque temos uma Câmara coesa, que fez levantamentos desde o norte ao sul do concelho, que calcorreou todos os caminhos e aldeolas, que dinamizou as populações, que discutiu com essas populações dos seus problemas. Gente que, quantas vezes, não têm luz eléctrica, não têm água para beber, que se abastecem em fontes de chafurdo, as chamadas fontes de mergulho, terras onde colocámos bombas de outras nascentes para lhe levar água, terras onde já levámos luz eléctrica, etc. fazendo uma política de todos os dias. Conseguiu-se, assim, desarmar, em grande parte, a reacção.

Aqui no Pinhão, arrancámos para esta obra sem dinheiro, com duas ou três dúzias de contos. Uma obra que vai custar mil e tal! Mas vamos levá-la ao fim. Porque acredito nas potencialidades desta gente. E assim se fará a Revolução.



Sanz

ÚLTIMA HORA

OTAEGUI, SANZ, BAENA, SANCHEZ-BRAVO E PAREDES «TXIKI» EXECUTADOS POR ORDEM DE FRANCO PERANTE A CONSTERNAÇÃO E A INDIGNAÇÃO DO MUNDO INTEIRO

O PAPA PAULO VI CONDENOU VIGOROSAMENTE AS EXECUÇÕES: «DEVEMOS MANIFESTAR VEEMENTE DEPLORAÇÃO POR TÃO SEVERA REPRESSÃO. CINCO PESSOAS CONDENADAS À MORTE, EM ESPANHA, FORAM EXECUTADAS. NÃO PODEMOS FALAR SEM DIZER DA NOSSA DOR E DO NOSSO TORMENTO. PEDIMOS CLEMÊNCIA TRÊS VEZES».

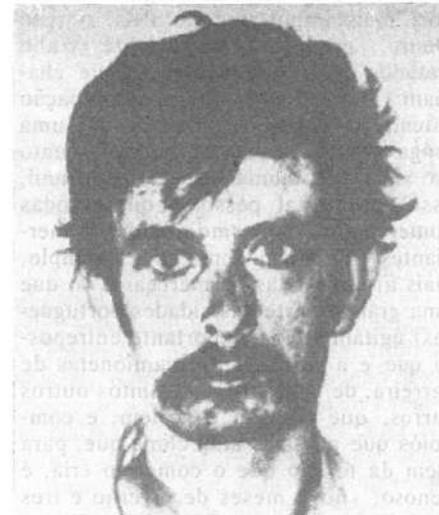
EM NOME DA HUMANIDADE ACUSAMOS VEEMENTEMENTE OS EXECUTORES DESTA SENTENÇA VERGONHOSA, DECLAROU O PRESIDENTE DO CONSELHO DA PAZ.

NUMA CARTA ESCRITA ALGUMAS HORAS ANTES DA EXECUÇÃO, PAREDES «TXIKI», UM DOS EXECUTADOS, AFIRMOU A SUA ESPERANÇA: «A LUTA SERÁ LONGA MAS O POVO TERÁ A ÚLTIMA PALAVRA».

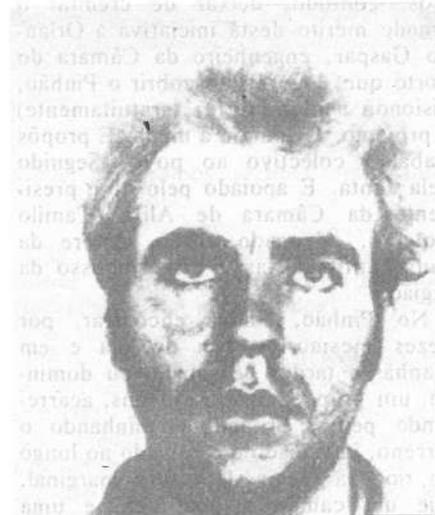
A REDACÇÃO DO CORREIO DO POVO REPETE COM TXIKI: A LUTA SERÁ LONGA MAS O POVO TERÁ A ÚLTIMA PALAVRA.



Otaegui



Baena



Sanchez-Bravo



Paredes «Txiki»

Emanuel Félix

Quando a esperança é moribunda a hora é má

Poeta açoriano (nasceu em Angra do Heroísmo em 1936), resistente antifascistas, comprometido com a Revolução, Emanuel Félix Borges da Silva é, hoje, um homem triste, para não dizer desesperado, perante o que ele chama «o avanço terrível da reacção, nos Açores». Presidente da Câmara da capital da ilha Terceira, demitiu-se, há dois meses, dessas funções, desesperançado face à degradação da situação política. Quando a esperança é moribunda, num poeta, é que a hora é má. Urge pois, mudar a hora açoriana, para que o desespero não se instale nessa terra portuguesa. E para que a poesia possa ressurgir.

ELEGIA A UM PEQUENO RATO COM ASAS

Ainda há pouco ele percorria com pequenas asas vingativas a casa toda enquanto solidários procurávamos entre risos e lágrimas capturá-lo

Minúsculo e exausto finalmente parece mais um trapo no soalho

Quem matou quem não matou com um pau com o pé com a pá este pequeno rato com asas este pequeno rato sem alma quem foi quem não foi

que importa

coisa insignificante na verdade um pobre rato

Boa noite acabou (Voltemos para as nossas celas novamente isolados novamente estranhos)

um pobre rato, no entanto em cada coisa um poeta vive ou morre



O poeta açoriano, numa caricatura datada de 1973 e assinada por Van der Hagen

CANÇÃO

Para um poeta ausente

Tua voz tua voz uma bandeira ao vento árvore plantada à beira da ternura pássaro voando na amplidão do sangue poema espada flor ou pedra dura

Tua voz tua voz um vinho um vime fustigando as ideias vigilantes urgente como o apelo de um amigo próxima como o povo mais distante

Tua voz tua voz um raio um rio ardente como o querer do sementeiro grito junto à manhã anúncio da chegada de um navio branco como o nosso amor

Tua voz tua voz uma bandeira ao vento espada plantada à beira da ternura pássaro ardendo na amplidão do sangue foice poema flor ou pedra dura

OS MORTOS ESPANHÓIS

(1942)

ARCHIBALD MAC LEISH

Isto terá resposta
As lágrimas não tiveram resposta
isto terá resposta
As lágrimas de Madrid de Barcelona
Valência
As lágrimas não tiveram resposta
O sangue de Guernica Badajoz
Almeria
O sangue não teve resposta
As lágrimas estão secas nos rostos
O sangue está seco na areia
As lágrimas não tiveram resposta:
o sangue não teve resposta
Mas isto terá resposta

Porque os homens de Guernica
não falam
Porque as crianças de Almeria
estão caladas
Porque as mulheres de Badajoz
estão mudas
Estão mudas as mulheres não têm
vozes não as têm
As suas gargantas estão sufocadas
com a areia desses lugares
Não falam nunca hão-de falar
e as crianças
As crianças de Almeria estão quietas
Não se mexem nunca se hão-de
mexer essas crianças
Os seus corpos estão quebrados
os seus ossos estão quebrados
as suas bocas estão...

Porque estão mortas estão mudas
estão sem fala
Não acredites
Não acredites que a resposta
nunca há-de vir

Não acredites
Por o sangue não ter tido resposta
Que a mentira não terá resposta

Não acredites
Por as lágrimas não terem resposta
Que a mentira não terá resposta
Não acredites

Isto terá uma resposta
Isto será respondido com
O tempo

há o tempo
Os mortos têm tempo nessas cidades
Em Badajoz em Guernica Almeria
Eles podem esperar:
eles têm muito tempo

Há o tempo
Eles podem esperar aí.

(trad. de João Medina)

1640-1668

A sociedade portuguesa durante a guerra da Restauração

Levados a cabo pela nobreza os propósitos do movimento restaurador da independência no dia 1.º de Dezembro de 1640 sem a concorrência do povo que fora dele propositadamente afastado, as classes privilegiadas consolidam o seu triunfo pelas armas, apoiadas por propaganda ideológica. Escritores e legitistas tentaram provar a ilegitimidade da ocupação de Portugal pelos Espanhóis.

Chegaram mesmo a falsificar documentos, como é o caso das «Actas das Cortes de Lamego». Feito pelos monges de Alcobaça, este documento, mesmo sendo falso, tem uma importância extraordinária porque revela o esforço de combater o inimigo, não só nos campos de batalha mas também no domínio das ideias. Pretendia-se fazer acreditar que este documento datava de 1143, e fora escrito quando D. Afonso Henriques reuniu cortes na cidade de Lamego com a presença dos três Estados: Clero nobreza e povo. (Note-se que o documento mais antigo que possuímos em que o povo pela primeira vez toma parte nas cortes, data de 1254, quando reinava D. Afonso III, que se encontrava então em Leiria). Nele se estabelecimento determinadas normas sobre a herança e sucessão do reino. Isto é, a coroa portuguesa só poderia ser herdada pelo filho varão mais velho; pelo irmão mais velho em caso de não haver filhos, em caso de não haver filhos nem irmão, a coroa seria herdada por linha feminina, mas a herdeira teria de casar com o varão nobre português.

Está a ver-se a importância do documento: ele vinha excluir da coroa portuguesa qualquer rei estrangeiro, ao mesmo tempo que legitimava, de uma vez para sempre, a eleição do Mestre de Avis (1385) e a candidatura de D. João IV.

Ainda com o mesmo sentido de legitimar a expulsão dos Espanhóis do nosso território aparece a teoria de que o poder que os reis disputavam não lhe era dado directamente por Deus. Segundo pois esta teoria o povo recebia o poder directamente de Deus e poderia escolher uma pessoa em quem o delegava, podendo destitui-la quando não servisse os interesses do povo, ou se tivesse tornado num tirano.

Foi esta mais uma maneira para tentar provar que Filipe III não tinha direitos ao trono português, porque se tinha revelado contrário aos seus interesses.

Pena é que este direito não tivesse sido evocado já em 1580. Evitar-se-ia a perda da independência.

Dá a impressão que estas teorias e outras iriam dar grandes mudanças sociais com a instituição de um novo governo que pusesse os interesses do povo acima do das classes privilegiadas. Foi o povo enganado mais uma

vez e tudo ficou como dantes. Faltava-lhe ainda a consciência de que o poder lhe pertence de facto não por lhe ter sido dado por Deus, mas pelo direito próprio que lhe advém de ser a maioria.

O que aconteceu de facto? Não mudou a forma do governo, não deixou de haver exploradores e explorados, pobres e ricos, não desapareceram as diferenciações de classes. Bem pelo contrário, agravaram-se.

A vitória pertencia à nobreza e ao clero, que se aproveitara da revolta generalizada do povo português contra o espanhol para colher os frutos que a outros pertenciam.

Apesar da Espanha ter conhecimento dos acontecimentos que se estavam a desencadear em Portugal contrários aos seus interesses não pôde logo mandar tropas para sufocar a rebelião, porque se via a braços com a guerra contra Franceses, Ingleses, Holandeses e ainda com movimentos separatistas internos. À parte pequenas escaramuças na fronteira alentejana, nada de relevo se passou no espaço de 4 anos. Isso deu possibilidades a Portugal de preparar as defesas e desenvolver uma acção diplomática junto dos governos das outras nações europeias, esforçando-se os nossos enviados não só por obter o reconhecimento de Portugal como na-



ção independente, mas também para conseguir auxílio em homens, armas, navios e alimentos, sobretudo trigo, que era a base fundamental da alimentação dos portugueses.

DEFESA INTERNA

Uma das grandes preocupações dos portugueses era a defesa interna. Era preciso arranjar dinheiro num reino desfalcado por uma sangria que durara sessenta anos, pôr em pé de armas o maior número de homens que se pudessem, reparar fortalezas na fronteira, reconstruir umas e construir outras novas onde a raia fosse mais vulnerável.

Neste sentido foram convocadas cortes em 28 de Janeiro de 1641 e nela estiveram os representantes das três classes, embora reunidos em separado.

Estimou-se em 1 800 000 cruzados a quantia necessária para levantar um exército de 20 000 infantes e 4000 cavaleiros destinado à defesa das fronteiras. Esta quantia seria cobrada entre todos à excepção do clero que ofereceu um subsídio.

Como consequência imediata de tais medidas subiu o custo de vida.

Com o prosseguimento da guerra aumentaram as despesas e as cortes

tinham de reunir para pedir mais dinheiro. Assim aconteceu nas cortes de Lisboa de 1642, onde foi acordado mais um tributo de dois milhões de cruzados a ser pago pelos povos. Seguem-se outras cortes pelos mesmos motivos em 1645, em 1653, em 1668, totalizando quase dez milhões de cruzados, quantia fabulosa para a época.

Claro que o povo não pagava passivamente estes impostos e algumas vezes revoltou-se, como já vimos no artigo publicado no número anterior do «Correio do Povo».

OPOSIÇÃO DOS NOBRES E DO CLERO

Nem todos os nobres portugueses nem a maior parte do alto clero tinham ficado contentes com a nomeação de D. João IV para rei de Portugal. A independência do nosso país era contrária aos seus interesses, porque da Espanha tinham recebido muito dinheiro, honras e mercês. Abdicar disso era um sacrifício que não estavam dispostos a sofrer. Por isso entraram numa conjura para assassinar o rei. Estas forças contra a independência foram chefiadas pelo arcebispo de Braga, além do inquisitor geral, alguns bispos, o marquês de Vila Real, o duque de Caminha, o conde de Armamar, etc.

O PROBLEMA COLONIAL

Além do problema da defesa do País, os portugueses viam-se a braços com o problema colonial. As nossas colónias tinham sido tomadas pelos inimigos da Espanha, que embora não fossem inimigos de Portugal atacavam as nossas colónias porque o nosso país se encontrava ligado à Espanha.

Assim perdemos o comércio do Oriente, Angola e o Brasil, a favor de Ingleses, Franceses, e Holandeses.

Tornava-se necessário fazer voltar à posse de Portugal algumas das suas colónias, sobretudo o Brasil e Angola, de que os Holandeses se tinham apoderado devido ao importante comércio de açúcar que daí se fazia para a Europa.

A cultura da cana-de-açúcar fora empreendida pelos portugueses desde muito cedo em quase todas as colónias portuguesas do Atlântico, sobretudo no Brasil. A cultura da cana e o fabrico do açúcar exigiam uma mão-de-obra abundante e barata. Falhada a escravização do indígena brasileiro pela sua fraca rentabilidade, Angola passou a fornecer os escravos necessários. Só em 27 de Janeiro de 1654 os Holandeses foram expulsos com a ajuda dos colonos, de Angola, já os tínhamos expulsado em 1648.

O MOVIMENTO DA RESTAURAÇÃO

O movimento da Restauração chega assim a todas as partes do território português.

Em alguns locais é o povo que toma a seu cargo expulsar os espanhóis. Aconteceu assim em Macau, em Moçambique, em Tânger, no Funchal. Aqui o povo não só restaura a independência como faz uma tentativa de governo popular, nomeando ele próprio as autoridades o mesmo acontecendo em algumas cidades do continente.

Contudo para consolidar a independência foi necessário travar muitas batalhas contra os espanhóis. Em 1644 os portugueses derrotam o exército espanhol em Montijo, em 1658 em Linhas de Elvas, 1663 em Ameixial, 1664 em Castelo Rodrigo e, por fim em 1665 em Montes Claros.

Vitória de quem? Certamente das armas portuguesas contra as espanholas. Mas ela representa acima de tudo um triunfo das classes privilegiadas, um fortalecimento do poder real.

Mutações sociais não as houve. Somente a afirmação de uma nova classe: a burguesia. Esta classe saída do povo, tinha enriquecido à custa do comércio e vai a pouco a pouco elevando-se acima das outras à custa não só da tenacidade do seu trabalho baseado também na exploração de outros homens, mas também do capital acumulado que essa exploração lhe proporcionava. Profundamente desprezada pelas classes ditas privilegiadas a burguesia pouco a pouco define-se como classe que deseja também conquistar privilégios e o poder político. Para isso tinha um argumento indiscutível: o dinheiro.

A riqueza da nobreza e do clero baseava-se na posse dos bens imobiliários, de casas e de vastas extensões de terreno que incluíam vilas, aldeias e cidades, cujos habitantes tinham de pagar inúmeros impostos aos donos das terras e à igreja além da prestação de serviços gratuitos aos senhores que podiam ir a dois, três ou quatro dias de trabalho.

À nobreza, horrorizava o trabalho que tinha enriquecido a burguesia. As terras desvalorizaram-se cada vez mais enquanto o capitalismo comercial se desenvolve. Tal é a importância dos comerciantes portugueses que se podem permitir emprestar dinheiro a nobres e ao próprio rei.

A igreja perseguia ferozmente estes comerciantes através do seu tribunal de inquisição, não se sabe se por excesso de zelo religioso se por cobiça dos seus bens. Por uma coisa ou por outra muitos deles foram acusados de práticas religiosas judaicas, de feitiçaria, ou por qualquer outro motivo de âmbito religioso, presos julgados e... queimados!

Claro, depois eram-lhes confiscados

(Cont. na pág. 32)

A Inquisição: a Igreja perseguia ferozmente, através do Tribunal do Santo Ofício, por excesso de zelo e por cobiça



Dinamização cultural no Bairro da Boavista (2)

Por razões de espaço, não pudemos publicar integralmente, no nosso último número, o artigo «Dinamização cultural no Bairro da Boavista», do nosso colaborador Filipe Rocha da Silva. Completamos, hoje, pois, essa publicação.

Três factores vieram, posteriormente, provocar forte evolução no trabalho realizado no Bairro da Boavista. Refiro-me à utilização do Estádio Pina Manique, à «Escola Aberta» e à integração neste trabalho de muitos estudantes do Serviço Cívico estudantil.

A direcção do Casa Pia Futebol Clube, decidiu pôr as instalações do seu estádio à disposição do vizinho Bairro da Boavista, entrando para isso em contacto com a Comissão de Moradores, iniciativa que deve ser tomada como exemplo por todos os clubes desportivos deste país, integrada numa nova política desportiva, que consiste em alargar a actividade desportiva ao maior número possível de portugueses, considerar o exercício do desporto como um direito de todos os trabalhadores portugueses e dos seus filhos.

Assim, criou-se dentro da Brigada de dinamização cultural um grupo especializado em animação desportiva, que colaborou com os monitores desportivos enviados pela Direcção-Geral dos Desportos e pelo Juvenil.

A actividade incidiu sobretudo sobre as modalidades ligadas ao atletismo: salto em comprimento, salto em altura, corridas de barreiras, estafetas, lançamento do peso, do disco e do dardo. Para além do atletismo, e como não podia deixar de ser, houve futebol no Pina Manique, existindo até projecto para um grande campeonato de futebol de cinco. A preferência dos jovens pelo futebol é provocada pela gigantesca publicidade que dele se fazia e se continua a fazer, pelo conhecimento que quase toda a gente tem das técnicas essenciais deste desporto e por ser um jogo fortemente competitivo.

Positiva por ter aberto mais um campo de acção aos estudantes, e um campo tão fundamental como o Desporto, a vida para o Pina Manique veio criar grandes problemas de instalações adequadas dentro do estádio, não podiam desenvolver as suas actividades, já que o grupo que trabalhava com as crianças até aos 6 anos ocupava um pequeno Parque Infantil existente perto das bancadas.

A ESCOLA E O BAIRRO

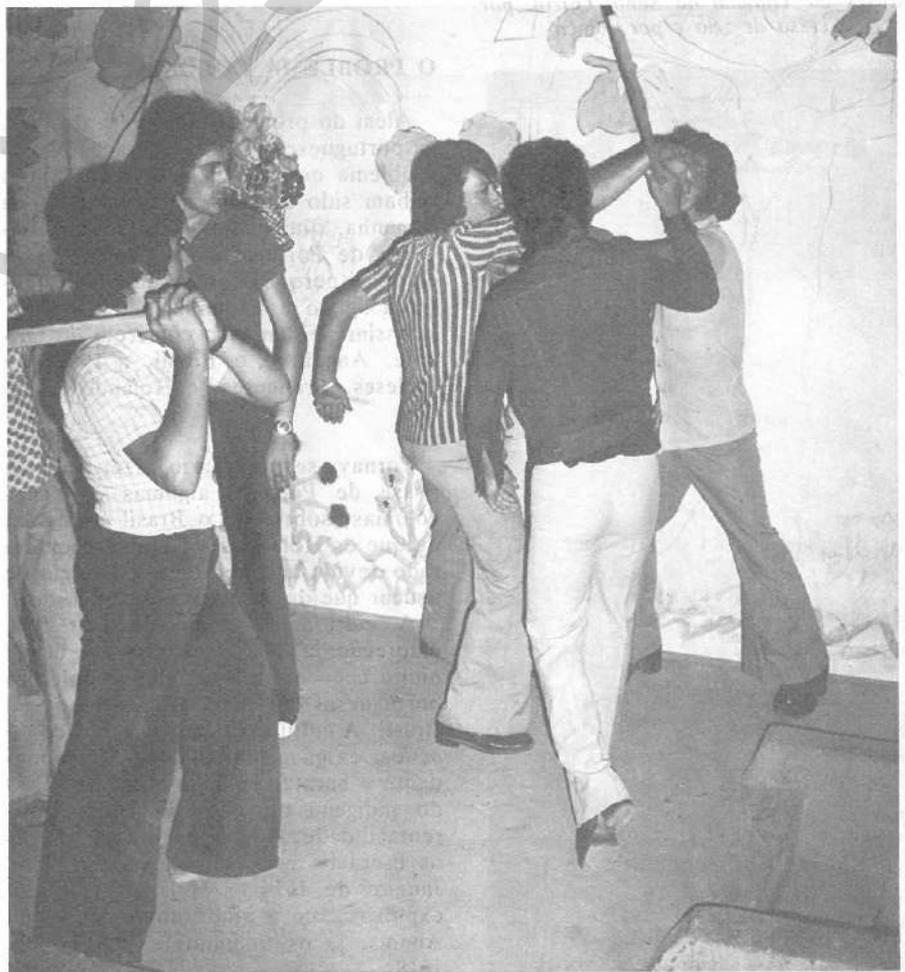
A «Escola Aberta», que surgiu como um meio de preencher essa lacuna partiu de uma ideia dos Sindicatos das Professoras Primárias e dos Empregados de Escritório, que consiste em manter em funcionamento a escola durante os meses das férias, com actividades recreativas e culturais, para preencher o vazio das férias das crianças filhas daqueles trabalhadores, que não lhes podem proporcionar estadas fora do local onde normalmente habitam.

Esta iniciativa, pelas instalações que veio fornecer aos grupos de acção cultural, contribuiu para aprofundar os trabalhos de pintura e de trabalhos manuais, e creio que quem vá hoje ao Bairro ainda poderá encontrar os ócu-

los de arame encavalitados no nariz de uma criança, ou os bonecos de lã, que foram feitos com «as estudantes». A «Escola Aberta» veio permitir-nos também conhecer as professoras e o modo como decorre a escola do Bairro, que faz com que os moradores que podem, coloquem os seus filhos em escolas de Benfica ou doutros locais, embora com maior despesa. Assim, logo na primeira vez em que os estudantes foram à escola, deparou-se-lhes um objecto tristemente célebre, conhecido pelo nome de palmatória ou «menina de cinco olhos», que estava de cima de um armário, pronto para ser usado, tendo-se uma empregada prontificada a explicar que «era de uma professora que tinha ido para Coimbra e que se tinha esquecido dele ali», à laia de desculpa.

As professoras queixam-se dos difíceis contactos entre elas e a população, principalmente com os pais dos alunos, mas não se compreende como esses contactos pudessem ser melhores, dado que as professoras pertencem a uma classe social diferente da dos moradores e, ao contrário de procurarem ultrapassar essa distância, chegam nos

O grupo de teatro amador do Bairro da Boavista ensaiando a peça «18 de Janeiro de 1934», que evoca a insurreição operária da Marinha Grande



seus carros, cumprem o horário, retiram-se de novo no calhambeque. E salvo raras e honrosas excepções, nada mais conhecem do Bairro do que o caminho da escola até à saída. Verificamos também que na escola existe uma separação dos rapazes, para um edifício, e das raparigas, para outro, e que não me parece propício ao desenvolvimento de uma sã camaradagem entre eles.

Creio que chegou o momento cultural indicado para que as professoras primárias revejam a sua posição na sociedade, encarem as suas responsabilidades, compreendam que sem se entregarem ao meio cultural com o qual contactam, que é a cultura das crianças desse mesmo meio, a cultura dos seus pais, e as suas condições de existência, a sua actividade não pode ser útil nem às crianças, nem à sociedade, nem a elas próprias. E ainda que a autoridade nunca ensina nada a ninguém, a não ser a submissão ou a revolta.

Durante o curto tempo de duração da «Escola Aberta» as professoras desempenharam, uma simples função fiscalizadora das entradas das crianças, estando a «Escola Aberta» neste momento fechada, para férias de professoras e empregadas.

O Serviço Cívico veio trazer mão-de-obra abundante para este trabalho (cerca de 25 pessoas) mas no entanto, é mão-de-obra pouco qualificada, pois aos estudantes não foi dado um mínimo de preparação. E, sobretudo, mão-de-obra pouco motivada para este trabalho, pois muitos há que se sentem pouco mais ou menos coagidos a desempenhá-lo, o que torna o Serviço Cívico bastante ineficaz.

TEATRO AMADOR

Outra realidade que gostaríamos de falar, é do Grupo de Teatro Amador do Bairro da Boavista, por acharmos que é uma experiência que pode beneficiar todos os agregados populacionais deste país, pois basta que meia dúzia de pessoas estejam interessadas, para que se constitua um Grupo de Teatro Amador na vila, na aldeia ou no Bairro onde mora.

O Grupo do Bairro da Boavista começou há cerca de 3 meses, com a colaboração de elementos da Brigada de Dinamização Cultural. Tentou, ao princípio representar uma peça, chamada «de cordel», pelas suas características populares, mas esta peça veio a revelar-se inadequada, pelo que o Grupo de Teatro decidiu criar ele próprio e colectivamente, uma peça que se dirigisse directamente aos problemas do Bairro e os criticasse.

Essa peça nasceu com o nome de «Antes e Depois», foi ensaiada e representada pelos moradores para os moradores, com enorme êxito. O assunto da peça era a história comparada de dois

rapazes, colegas de escola, um, filho de um rico e outro, filho de um pobre, dos quais o primeiro acabou casado e feliz, e o segundo acabou a dormir num banco de jardim, a pedir esmola e a roubar.

Também, nesta peça, podíamos encontrar uma violenta crítica às professoras, e ainda referências ao alcoolismo, às incompreensão e violência de certos pais para com os filhos, à diferença de oportunidades que têm na vida os filhos dos pobres e os filhos dos ricos, ao autoritarismo dos polícias, ao jogo (a «batota»), e ao roubo (o «gamanço»).

Neste momento, o Grupo, depois de ultrapassar vários obstáculos, prepara-se para representar uma nova peça, de carácter um pouco diferente, chamado «18 de Janeiro de 1934», que narra o modo como os operários da Marinha Grande bateram os patrões e as forças repressivas e tomaram o poder dentro da vila, sendo depois esmagada a revolta que na altura provocou grandes dores de cabeça ao ditador e aos seus esbirros. As pessoas que compõem o Grupo de Teatro Amador do Bairro da Boavista já se aperceberam de que a unidade é a base para se construir o que quer que seja, que só ela conduz ao espírito colectivo ou unitário, que está sempre na base das grandes e das pequenas realizações.

DINAMIZAÇÃO CULTURAL: ALGUMAS CONCLUSÕES

Que mais dizer sobre a dinamização cultural no Bairro da Boavista? Que não são os dinamizadores culturais que podem dar solução aos problemas fundamentais do meio em que actuam, isso fá-los de resto, sentir frequentemente uma certa impotência perante esses mesmos problemas, mas sim os Moradores organizados em comissões, ou seja, o poder popular.

Essas comissões, porém, não deverão ser umas comissões quaisquer, autonomeadas e sem estatutos. As comissões devem ser eleitas democraticamente, devem propor estatutos a serem aprovados por Assembleias ou Plenários de Moradores e sobretudo, não devem receber ordens de parte alguma, tanto dos partidos políticos como das autarquias locais, pois para elas a vontade dos moradores deve ser soberana. Por isso deverão reunir frequentes Plenários e consultá-los sobre todos os problemas e opções importantes para o futuro dos moradores que representam.

Correctamente constituídos estes órgãos unitários de base, estão reunidas as condições necessárias para a tão falada descentralização administrativa, a caminho de uma democracia directa.

Que papel cabe então aos dinamizadores culturais? Levantar os problemas, discuti-los e promover a sua



Olhar a vida e a imaginação das crianças que não têm nada e tudo inventam. E aprender com elas

discussão; estar ao serviço da população e dos seus representantes para todas as tarefas que seja necessário fazer (distribuir jornais ou comunicados, fixar cartazes, distribuir desinfetantes para as águas); fornecer pessoal especializado para apoiar iniciativas da população (exemplo, o teatro). Em estreita ligação com moradores, tomar iniciativas e levá-las por diante, caso apareça apoio; executar trabalhos que não possam ser feitos por moradores, de utilidade reconhecida por todos: ocupação dos tempos livres das crianças, servir de contacto entre os moradores e possíveis fontes de cultura (contactos com grupos de teatro, cineclubes, etc.), e outras funções que a prática local possa aconselhar.

Finalmente, existem dois princípios que nenhum dinamizador pode esquecer: o primeiro — que é preferível que surja uma actividade mais modesta mas autónoma, isto é, que tenha possibilidades de funcionar sem o dinamizador cultural, depois deste voltar para donde veio, do que uma organização espectacular no Bairro; — em segundo lugar: que não se trata de ir ter com pessoas mais ignorantes ensinar-lhes seja o que for, antes pelo contrário: a dinamização cultural baseia-se numa aprendizagem e num ensinamento mútuo, trata-se de um intercâmbio cultural entre pessoas de cultura diferente, sem que se possa afirmar que a cultura dum seja superior à da outra, que haja uma que seja detentora da verdade e outra da mentira. Por isso a humildade é uma das qualidades fundamentais do dinamizador cultural.

FILIPPE ROCHA DA SILVA

PODER POPULAR é um espaço onde incluiremos trabalhos nossos e cartas dos leitores, procurando dar notícia da implantação e desenvolvimento de núcleos de poder popular, suas vitórias e dificuldades encontradas; e esclarecer, por outro lado, todas as dúvidas que nos forem sendo postas.

Cujancas **Importância da organização** **e solidariedade dos trabalhadores**



«Vejam esta herdade de Cujancas abandonada há vinte e tal anos... e tantos trabalhadores sem trabalho! Por isso a ocupámos»

Quando o povo toma consciência da sua força e se organiza, é o Poder popular. Os recentes acontecimentos de Cujancas foram uma manifestação desse poder, provando a importância (e necessidade) da organização e solidariedade dos trabalhadores.

Em 22 de Maio último, 14 trabalhadores rurais ocuparam a herdade de Cujancas, abandonada há 29 anos, propriedade de Valentina Raposo Pequito Rebelo, latifundiária alentejana. Encontravam-se nessa herdade, há cerca de 2 meses, 100 cabeças de gado, que passavam a maior parte do ano nas pastagens da quinta da Margalha, pertencendo igualmente a Valentina Raposo. A ocupação foi legalizada, tendo sido expropriada a terra com base no seu não aproveitamento e a comissão de Trabalhadores passou a contar com o apoio do Conselho Regional da Reforma Agrária.

No dia 10 de Setembro, com o acordo do Conselho da Reforma Agrária e a aprovação do médico veterinário, os vaqueiros de Cujancas levaram 17 cabeças de gado à feira do Crato para vender, entre gado de refugo, um touro e uma vitela.

A partir daí iria desenvolver-se toda uma série de conflitos e mal-entendidos entendidos que poderiam ter terminado numa confrontação física generalizada entre trabalhadores alentejanos. Conflito esse susceptível de ter-se alargado. Para tentarmos compreender o que se passou, temos pois que reconstituir a história a partir do seu início: a feira do Crato. Aí, os vaqueiros de Cujancas foram despossosados do gado, que foi transportado para à aldeia do Gavião.

Hipólito Delgado, comerciante e estabelecido com café-pensão em Gavião, explica:

«A gente guardou aqui as 30 vacas que eles trouxeram do Crato. É verdade. E fomos buscar as outras a Cujancas. Também é verdade. Mas porquê?»

Porque os de Cujancas estavam a vendê-las a 3 contos por cabeça e isso não está certo, é prejudicar a economia nacional.»

Vitoriano Madeira, vaqueiro de Cujancas, confiou-nos uma versão diferente do episódio da venda do gado:

«Pois se um marchante de gado já nos tinha oferecido, aqui na herdade, 140 contos pelas 17 cabeças de gado e nós não tínhamos aceitado, como é que iam à feira vender 30 cabeças por 90 contos?! Eu conto-lhes como a coisa se passou: mal a gente parou com as vacas, lá na feira do Crato, ouvi dizer: «Podem vendê-las baratas que elas não custaram dinheiro». Nem tomei muito sentido nestas palavras; mas logo um outro disse: «Vamos a eles» e... porra da no vaqueiro! Eu só tive tempo de fugir e eles ficaram com as vacas. Eles, quer-se dizer, os negociantes de gado e mais povo».

Os negociantes de gado e mais povo, gentes de Alpalhão, Tolosa, Belmonte e outras povoações, seguiram com as 30 cabeças de gado para Gavião. Hipólito Delgado, o já citado comerciante do café-pensão, conta-nos que, com a chegada de toda essa gente a Gavião, fora obrigado a seguir para Cujancas com a sua camioneta, depois de a terem descarregado das vigas de pré-fabricado que transportava. A palavra de ordem era devolver o gado à ex-proprietária, Valentina Raposo. Pelo caminho, juntou-se mais povo, no qual trabalhadores da Margalha, e assim cerca de 300 a 600 pessoas invadiram Cujancas e trouxeram o gado para o Gavião, onde o guardaram na cerca de um antigo seminário, pertença de Valentina Raposo.

O gado havia sido roubado aos trabalhadores de Cujancas e algumas organizações de trabalhadores e políticos iniciaram um amplo trabalho de mobilização em todo o Alentejo, para a defesa das conquistas populares.

À volta de Gavião, concentraram-se milhares de trabalhadores alentejanos, dispostos a recuperar o gado. O povo do Gavião, entretanto, defendia o gado que passara a pertencer-lhe, uma vez que a própria Valentina Raposo não queria saber dele e o punha à disposição do povo e da Misericórdia local. As Forças Armadas, envolvidas no conflito, procuravam evitar que ele atingisse proporções trágicas.

A PROCURA DE UMA SOLUÇÃO

Após alguns dias, foi o gado transportado para Portalegre, para o Batalhão de Caçadores 1, onde ficou retido enquanto se iniciavam negociações. Primeiro, houve uma reunião entre a comissão de trabalhadores de Cujancas e os delegados do Gavião. Depois, os trabalhadores de Cujancas reuniram-se com uma comissão de trabalhadores da herdade da Margalha, nomeada pelo

guarda florestal da herdade, visto esta ser ainda propriedade de Valentina Raposo e os trabalhadores não estarem aí organizados. Das negociações resultou um acordo da futura divisão do gado entre os trabalhadores das duas herdades, quando Margalha fosse expropriada.

Apesar dos esforços das Forças Armadas, num tal ambiente de tensão, não deixaram de verificar-se casos de agressão física, havendo mútuas acusações do povo de Gavião e dos trabalhadores de Cujancas quanto a actos e ameaças.

Em Gavião, populares fizeram-nos acusações variadas aos trabalhadores de Cujancas, para além do suposto preço da venda do gado, venda que nenhum trabalhador de Gavião presenciou, e que no entanto constituía a razão do assalto a Cujancas.

Assim, foi-nos dito que as terras não estão tratadas em Cujancas, que quase nada foi plantado, que os porcos foram castrados e que os trabalhadores não recebiam ia para 8 semanas. Disseram-nos também que eles estavam a destruir tudo, que assim não era uma Reforma Agrária como devia ser, que haviam ocupado as terras só quando o gado lá estava e não antes, que havia muitas outras herdades que estavam ao abandono. «Porque é que não ocuparam essas?»

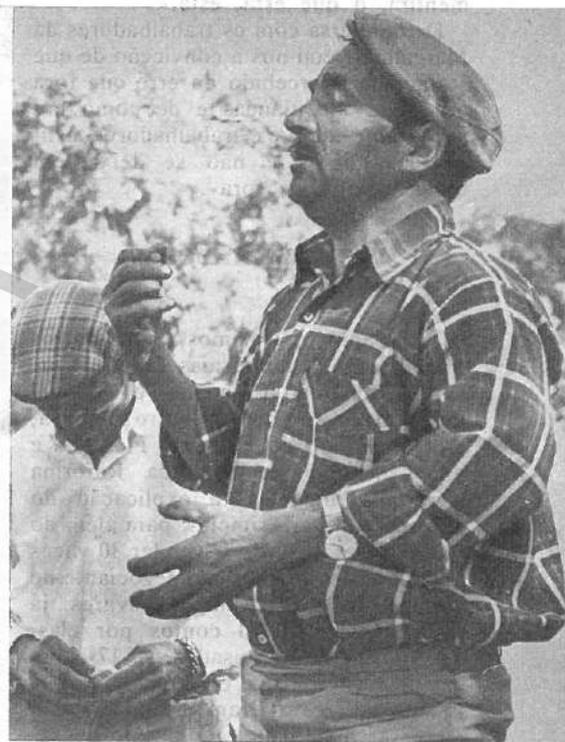
Para além do facto de poder haver uma base de verdade em algumas destas acusações, como por exemplo o facto da herdade de Cujancas de Baixo ainda ter pouco trabalho feito, devido ao facto de os trabalhadores esperarem as chuvas para começar a trabalhar aí em força, enquanto vão trabalhando noutras herdades agregadas e onde o trabalho já se vê (não esqueçamos que Cujancas de Baixo era sobretudo utilizada como pastagem) o que importa ver é que o povo de Gavião foi arregimentado para uma luta que não era a sua e para a defesa de interesses que não eram os seus e que, de qualquer modo, nenhuma destas acusações justificava o assalto a Cujancas.

NA MARGALHA

Importava agora falar com os trabalhadores da Margalha, já que o último argumento levantado era de que o gado pertencia à Margalha e que os trabalhadores ao ocuparem Cujancas, quando o gado lá se encontrava, haviam roubado os trabalhadores da Margalha.

Na herdade da Margalha, os trabalhadores começaram por fazer questão que ficasse bem claro que eles não eram de Gavião, que Gavião era uma coisa e a Margalha outra. Falámos com António dos Santos e Adelino Mota, da Comissão de Trabalhadores da Margalha, tendo o primeiro começado por nos afirmar:

«A gente aqui só fala verdade. Há 2 meses que o patrão, o sr. arquiteto António Raposo, nos havia falado que íamos ficar com as terras, que tomássemos conta disto antes que outros viessem. De maneiras que a gente andava à espera da Reforma Agrária para ver como era. A gente andava de boa-fé. Nós nunca fomos maltratados, pagaram-nos sempre, davam-nos as férias. Quando foi aquilo de os trabalhadores ocuparem Cujancas e o gado que lá estava, que passa lá no máximo uns 5 meses por ano, a sede é aqui, isto para falar verdade, ficou-nos um pouco atravessado mas também não pensávamos bem nessas coisas a ver o que isto dava. Depois, no outro dia, chegaram aí umas pessoas a dizer que o gado da Margalha tinha voltado, que as vacas da Margalha estavam em casa...»



António dos Santos, trabalhador da Margalha: «Estávamos de boa fé, à espera que a Reforma Agrária saísse. Isto, o problema, é as pessoas que se metem entre os trabalhadores»

— Mas quem apareceu a dizer isso?

— Isso não sei dizer. Apareceram. É como os tais boatos que a gente não sabemos. Também diziam para aí que os trabalhadores de Cujancas eram uns bárbaros que andavam só a destruir. Mas a gente não quer fazer guerra a ninguém. Isto o problema é as pessoas que se metem entre os trabalhadores. É coisa que não interessa nada as pessoas de fora».

Adelino Mota acrescenta:

— A gente não se desafia uns aos outros. Lá na reunião que tivemos em Portalegre, a gente entendeu-se com a Comissão de trabalhadores de Cujancas, até houve abraços. A herdade da Margalha foi hoje expropriada, tem cerca de 2000 hectares e os patrões

ficam com 500 ha. A gente primeiro havia acordado em que ficava metade do gado para Cujancas e a outra metade vinha para cá. Mas isto agora está deste modo: vai haver uma reunião esta semana entre os trabalhadores das duas herdades e técnicos da Reforma Agrária, e logo se vê qual é a melhor divisão do gado. Somos pessoas que nos entendemos entre nós».

Para António Santos, algumas acusações há a fazer quanto à gestão de Cujancas, mas não é isso o mais importante:

— «Eles castraram os barrascos e isso não está certo, como não nos parece bem a venda do touro... Mas isso nem conta, a conversa foi calma, a gente não queríamos barulho. Andavam para aí uns a influenciar os outros e isso não pode ser nada. Aqui não há mentira, o que está, está.»

Da conversa com os trabalhadores da Margalha, ficou-nos a convicção de que se haviam apercebido do erro que fora o assalto a Cujancas e de como era importante que os trabalhadores estivessem unidos e não se deixassem dividir «pelos de fora».

COM OS TRABALHADORES DE CUJANCAS

Em Cujancas, falámos, entre outros trabalhadores, com Isaiás Pereira Carneiro, Joaquim Clemente e Manuel Dias Oliveira e com um outro Oliveira, este do Fundo do Fomento Florestal e do Conselho Regional da Reforma Agrária. Para eles, a explicação do caso do gado era simples: para além do facto de ser absurdo ir vender 30 vacas a 90 contos, pois que um negociante de Tancos, José dos Campos Tavares, já tinha oferecido 140 contos por elas, que tinham sido recusados, só 17 cabeças de refugo é que eram para vender, já que o resto eram bezerros para regressar à herdade. E, mesmo dessas 17, duas já haviam sido vendidas no caminho, por 20 contos. Para os trabalhadores de Cujancas, é evidente que todo o caso do gado foi montado pelos negociantes de boa-fé Alpalhão e Tolosa. E se havia gente de boa fé no Gavião, também a havia que fora comprada:

«Houve alguns que foram pagos para virem aqui assaltar a herdade, foi-lhes prometido dinheiro...»

E Oliveira, o do Fundo de Fomento, acrescentou:

«Isto já é o 3.º ou 4.º caso que eles tentam montar aqui no Alentejo. E já não é só a Reforma Agrária, isto é política mais importante, pois até queriam trazer camponeses do Norte, ao engano, para armarem aqui um confronto. A Reforma Agrária é uma grande luta dos trabalhadores portugueses e os proprietários e lacaios servem-se de todos os meios para a impedirem. O gado aqui não é de Cujancas ou

da Margalha, é do Estado e vai para onde fôr mais útil para a economia nacional, para o bem dos trabalhadores. Porque então não se viu aquela manobra de dizerem que o gado era do povo do Gavião para ainda virarem mais os trabalhadores contra os trabalhadores? A acicatar ainda mais o povo!... Esse Pequito Rebelo é um dos cabeças disto tudo, bem como o dr. Assis, que é um grande manobrador. Mas há trabalhadores de Gavião que estão do lado dos de Cujancas, que perceberam o que se passou».

Um furriel das Forças Armadas que guardavam Cujancas nesse dia em que havia chegado o resto do gado, afirmou-nos:

«Pode haver, por vezes, erros por parte dos trabalhadores mas, como trabalhador que sou, é do lado deles que estou. Aqui os trabalhadores foram desapossados do gado e é do lado deles que temos de estar».

CUJANCAS, UMA VITÓRIA IMPORTANTE DOS TRABALHADORES

O gado foi de Cujancas para o Crato, do Crato foi levado para Gavião e daí para Portalegre, tendo regressado finalmente a Cujancas. Com estas viagens, não estava em causa somente a posse de algumas cabeças de gado, era muito mais do que isso que estava em causa. Jogando com a falta de organização e de contactos entre os trabalhadores, jogando ainda com o brio da população do Gavião, que se viu utilizada para fins de que nem chegou a ter consciência, os grandes agrários do Alentejo tentaram, mais uma vez, travar a Re-

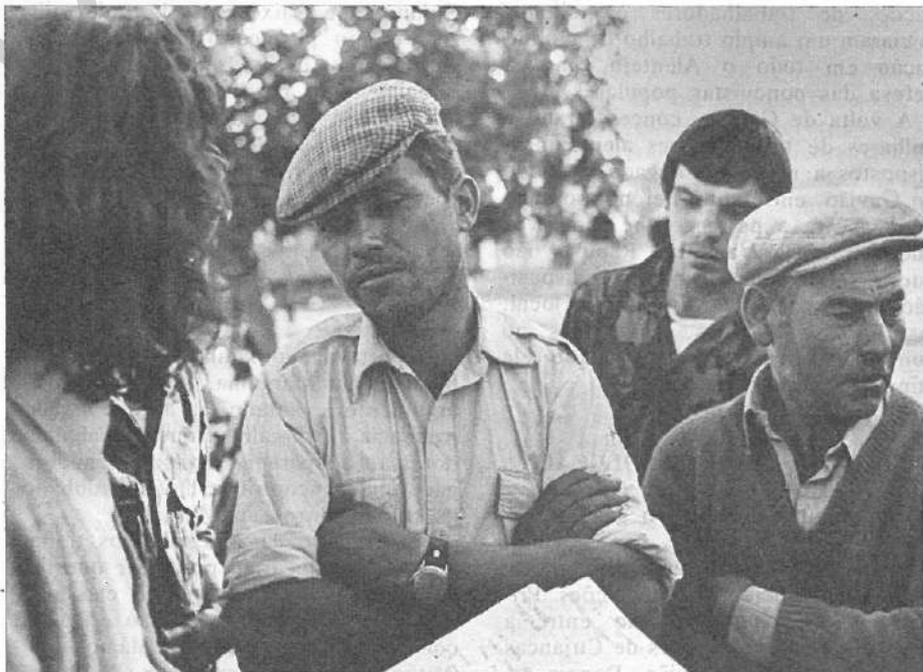
forma Agrária, a fim de manterem os seus privilégios e impedirem a emancipação dos trabalhadores. Falhou, no entanto, mais esta tentativa. Interessa, vemos, porém, quais as suas eventuais possibilidades de êxito e o porquê do insucesso da manobra.

Quando os trabalhadores ocuparam Cujancas, e quando o gado foi roubado a Cujancas ainda a herdade da Margalha era propriedade da Valentina Raposo, não havendo, deste modo, razão para dizer que o gado havia sido roubado aos trabalhadores da Margalha. Por outro lado, se estes estivessem organizados, poderiam ter tomado a iniciativa de contactar os trabalhadores de Cujancas e ter resolvido a questão entre trabalhadores. Este é um dos pontos fracos, por parte dos trabalhadores e, portanto, um factor do possível êxito da manobra dos agrários: a falta de organização e de contacto entre os trabalhadores rurais, que ainda subsiste em todo o País.

Em Gavião importa, sobretudo, denunciar o facto de surgirem trabalhadores a lutar contra trabalhadores. Isto, com mais vigor e em maior número a partir da oferta do gado por Valentina Raposo. Apesar de Valentina Raposo não ser mal vista em Gavião. Um trabalhador disse-nos, inclusive:

«Porque é que ela se lembrou de oferecer o gado que já não lhe pertencia? Porque é que não o ofereceu antigamente? O que ela e o irmão quiseram foi enganar este povo e fazer a guerra entre trabalhadores».

Em consequência dos acontecimentos de Gavião, houve uma manifestação em Portalegre, onde foi elaborado um comunicado, em nome do povo do distrito que foi entregue a várias enti-



Trabalhadores de Cujancas: «É evidente que todo o caso do gado foi montado pelos negociantes de Alpalhão e Tolosa. E se havia gente de boa fé no Gavião, também a havia que fôra comprada»

PASSOS

— O DESPERTAR DE UMA ALDEIA

Passos é o nome de uma aldeia situada a cerca de 8 quilómetros de Mirandela.

Os seus habitantes vivem em condições pouco invejáveis. As ruas precisam de ser arranjadas; a iluminação pública é insuficiente e cerca de dois terços das casas não possuem electricidade (umas devido à pequena rede de distribuição de energia e outras devido aos pequenos recursos dos seus utentes e proprietários, regra geral); não existe rede de esgotos e na quase totalidade das habitações não há casas de banho; a água, sobretudo no Verão escasseia. Não há médicos, nem posto de primeiros socorros, nem farmácia. Não existe qualquer centro de cultura, nem de recreio, nem instrução superior à primária, funcionando esta em salas sem qualquer conforto, durante o tempo chuvoso e frio, sobretudo. Existem meia dúzia de aparelhos de televisão e nenhuns jornais. As notícias difundidas pela rádio não são acessíveis à maior parte da população, em linguagem, pelo que os boatos mais incríveis (muitos deles motivados por má compreensão das notícias transmitidas pela rádio) são aceites como dognas de fé.

Vivendo quase toda a população do cultivo dos campos (próprios, regra geral), as riquezas autênticas dos mesmos (azeite e vinho) encontram-se nas mãos de quatro ou cinco proprietários.

Foi neste meio que surgiu um grupo de jovens com vontade de mudar as coisas. São os «Leões Negros» e, como primeiro passo, ocuparam uma casa abandonada havia nove anos e que pertencera a um dos ricos da aldeia, já falecido. As Forças Armadas apoiaram e a Câmara Municipal de Mirandela prometeu ajudar.

Como seria de esperar, a reacção da população foi negativa, de uma maneira geral. Os donos da casa, como também seria de esperar, lutaram com todas as armas com que podiam lutar, ou com que julgavam poder fazê-lo: O resultado que pretendiam justificava todos os meios, incluindo o recurso à GNR (!) e ao tribunal (!). Depois de cerca de quinze dias de tentativas e desgaste (além de se saber que os donos da casa levavam a efeito diligências diversas no sentido de voltarem a poder dispor dela, circulavam boatos intimidatórios, pelo que o grupo de ocupação tinha de estar em alerta permanente), a surpresa foi geral, quando se soube que os senhorios estavam «ansiosos» por celebrar um contrato de arrendamento... A surpresa foi grande, até porque se tinha conhecimento dos seus contactos com a GNR, consulta de advogados, contacto com os militares do «Maio Nordeste», contacto com a CMM, recurso ao

tribunal, tentativa de venda do imóvel a alguém que se proponha desalojar os ocupantes, através da violência...

Entretanto havia sido eleita uma comissão de desportos e uma comissão de aldeia, imediatamente instaladas na casa ocupada.

Depois de vencida a luta inicial com os senhorios, e resolvidos os problemas de água e luz, passou-se a trabalhar em novos campos. Muito há a fazer, atendendo a que se pretende revolucionar toda uma maneira de viver. Para já, pretende-se atingir alguns objectivos:

- Abertura de um posto médico;
- Abertura de uma sala de informação;
- Abertura de uma biblioteca popular;
- Construção urgente de balneários públicos;
- Abertura de uma sala de reuniões populares e espectáculos;
- Funcionamento de uma sala de jogos;
- Abertura de uma sede da junta de freguesia;
- As obras de restauro do edifício, segundo notícias que tenho recebido, estão a processar-se com a rapidez possível, e com a colaboração da Câmara. Procuram-se outros apoios, o que nem sempre se torna fácil conseguir.

Sérgio dos Santos Vaz
Um membro dos «Leões Negros»

SABOTAGEM NA NOMEAÇÃO DE COMISSÕES DE MORADORES NO SALÃO PAROQUIAL DA SENHORA APARECIDA

Para levar a efeito as eleições para as comissões de moradores, a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de S. Fins do Torno, pediu ao pároco da referida freguesia, a cedência do Salão Paroquial e que anunciasse a mesma reunião para as 21.30 horas do dia 6 de Julho de 1975.

Começada a sessão e depois de explicado o que se pretendia, começou por se eleger a comissão de moradores dum dos lugares desta freguesia, para o que a dado momento, foi indicado o nome do Senhor Alcides Ribeiro, acabado de entrar na sala.

Este, não só recusou imediatamente como disse que se a Junta, a Câmara e o Estado não tinham dinheiro, não valia a pena andar a enganar o povo.

Quando se pretendia continuar a eleição doutros lugares, levanta-se um dos lacaios do senhor pároco (António de Sousa Vieira) a pretender saber em que dia tinha saído no *Diário do Governo* a lei para eleger Comissões de Moradores.

Foi respondido a esse senhor, que a Junta de Freguesia não estava a inven-



Hipólito Delgado justificou o assalto a Cujancas pelo baixo preço a que estariam sendo vendidas as reses. Os trabalhadores de Cujancás desmentiram-no, porém, frontalmente

dades oficiais e difundido pelos órgãos de comunicação social, no qual, para além da entrega do gado ao povo do Gavião, era exigida a demissão do governador civil, a demissão dos responsáveis do Conselho Regional da Reforma Agrária e uma «Reforma Agrária justa, não aquela que está sendo feita, nem aquela que está legislada». Ao falarmos deste comunicado e destas exigências com gente do Gavião, mostrou-se surpreendida e afirmou-nos:

— Não senhor, a gente não está contra a Reforma Agrária. Deye ser é como está na lei e não como algumas vezes acontece».

— Mas aqui este comunicado do povo de Portalegre diz que nem aquela que está na lei serve...

— Isso a gente não sabe.

O povo de Gavião não sabe. O povo do Gavião não sabe, de facto, a forma como foi aproveitado o seu brio em defender o gado que lhe era «oferecido». Não sabe também as consequências que poderia ter tido a sua atitude, se não tivesse havido um pronto esclarecimento e neutralização dessa atitude, por parte das organizações de trabalhadores.

Ao fazer um apelo à mobilização dos trabalhadores alentejanos para o cerco a Gavião, quando o gado aí estava, não estavam as organizações de trabalhadores a atacar o povo do Gavião na sua generalidade, nem a considerá-lo reaccionário. Estavam, sim, a denunciar a manobra dos agrários e negociantes de gado, que podia tornar-se a primeira grande vitória da reacção no Alentejo, após o 25 de Abril.

Os grandes agrários estarão, agora, cientes de que, apesar da divisão entre os trabalhadores, e da falta de organização ainda existente estes sabem, no entanto o sentido da palavra solidariedade e saberão defender as conquistas dos seus irmãos de classe e de todo o Povo português, sempre que for necessário.

tar e que tinha recebido ordens para o fazer, estando atrasada em relação a outros locais em cerca de um mês.

Neste momento, levanta-se o Senhor Pároco exaltado, dando continuação à conversa que o seu laçao tinha iniciado, dizendo em certo ponto que a Junta estava a inventar e andava a enganar o povo, pelo que instigou o mesmo a seguir-lhe o exemplo abandonando a sala, pois não havia interesse nas aldrabices que a Junta estava a dizer.

Apesar das palavras do Senhor Pároco, nem toda a gente abandonou a sala. Os sabotadores entre os quais se encontrava o senhor industrial de sapataria, Carlos Pinto, e o sacristão da freguesia, pretendiam ver a credencial de que estavam munidos os elementos da Junta, pois se não a tivessem não haveria validade para aquela reunião.

Com a discussão daqui resultante, durante a qual foi diversas vezes apagada a luz, teve que se terminar a sessão.

Numa localidade de trabalhadores, gente simples e de pouca cultura, muito amiga de ir a missa, que pretendem estes senhores, gente influente da freguesia, com estas sabotagens?

Será este procedimento estar com o MFA?

Será o medo do povo desta freguesia de se organizar?

Não será isto Ex.mos Senhores a mais pura forma reaccionária?

Havia muito mais a dizer, mais nomes a divulgar, mas quedamo-nos por aqui até que esses reaccionários se voltem a expor para os desmascarar.

O Presid. da Com. Administrativa
Augusto Pinto de Matos

A exaltação não é uma virtude cristã, com efeito. Cristo só se exaltou para defender a Justiça.

LEGALIZAÇÃO DAS COMISSÕES DE MORADORES

Eu, José Pinto Monteiro, presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Frende, Baião.

Tendo recebido da Subcomissão de Dinamização do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 5 de Penafiel um pedido para informar o mais depressa possível se já havia Comissão de Moradores ou Lugares nesta freguesia. Se já havia, que lhe enviasse os nomes; como na data estávamos em organização da Comissão de Moradores, já tínhamos ido três elementos desta freguesia ao Quartel General do Porto informar-nos como devíamos fazer para organizarmos a Comissão de Moradores. Logo acabámos de formar a Comissão de Moradores que é constituída por 31 pessoas distribuídas por todos os lugares da freguesia. Enviámos à Subcomissão de Dinamização de Penafiel a lista e pedimos que nos fosse informado se era ali que a Comissão era legalizada ou não, e não obtivemos resposta.

Temos urgência na formação e legalização da Comissão de Moradores nesta Freguesia por vários motivos,

José Pinto Monteiro
Frende — Baião

A legalização das Comissões de Moradores faz-se na prática. Eleitas democraticamente pelos moradores, reunindo regularmente Assembleias de Moradores, avançando com propostas concretas para a resolução dos problemas, as Comissões de Moradores estarão reconhecidas.

O seu reconhecimento pelas autoridades administrativas deverá basear-se no seu carácter representativo, devido a terem sido eleitas democraticamente, e no trabalho desenvolvido na defesa dos interesses dos moradores.

O «Correio do Povo» transcreveu no seu número de Agosto um artigo do jornal «Baluarte» que se refere a Comissões de Moradores e que nos parece ser de grande utilidade para o esclarecimento de algumas dúvidas que possam surgir quanto ao funcionamento e funções das comissões de Moradores.

HISTÓRIA

(Cont. da pág. 25)

os bens! E não se pense que eram precisas grandes provas para os prender. Bastava, muitas vezes uma denúncia mal intencionada de um vizinho ou familiar, ou da acusação de determinadas práticas como não comer carne de porco, vestir camisa lavada ao sábado, trabalhar ao domingo, etc.

A burguesia, mesmo perseguida contribuiu com grossas maquias para consolidar a independência; a nobreza também pagara a sua parte e o povo contribuía, não só com dinheiro pela força dos impostos, mas também com o corpo e a vida, servindo no exército.

CLASSES DIVIDIDAS

Vemos pelo que acima fica dito que a sociedade portuguesa estava dividida em classes bem distintas umas das outras, cabendo às classes mais pobres a maior parte do tributo que exige uma guerra e o sustento das classes privilegiadas.

No plano mais elevado da sociedade portuguesa estava o rei, a nobreza e o clero e, no escalão mais baixo, o povo.

As classes mais elevadas eram os grandes proprietários de Portugal e opunham-se às outras pela riqueza, pela nobreza do nascimento, pelos cargos públicos que o rei lhes dava em paga de qualquer serviço, pelos privilégios e liberdades. A classe inferior vivia na miséria, esmagada por crenças religiosas e pela ignorância.

Dentro desta camada popular distinguiram-se vários níveis, conforme as

profissões a que se dedicavam: sapateiros, alfaiates, ourives, cordoeiros, etc., cuja miséria não era menor que a dos camponeses.

«... O povo miúdo vive pobremente, sendo sua comida diária sardinhas cozidas... raras vezes comem carne... comem uma espécie de pão nada bom... e fruta».

Esta gente miserável contribuiu de duas maneiras para a consolidação da independência: pagando impostos que as cortes decretavam, ou servindo como soldados. Isto é, suportava a maior parte do esforço exigido para sustentar as classes ditas superiores e a guerra.

Raras vezes, durante todos os anos que duraram as hostilidades com a Espanha, o povo conseguiu organizar-se para defender os seus interesses. Nunca o fez senão isoladamente. Foi nesta perspectiva que se deu a greve dos pescadores do porto de Lisboa e a revolta contra o imposto do papel selado.

O panorama social durante o século XVII e princípios do XVIII é caracterizado pelos seguintes problemas, que são consequência de dois principais factores: a união de Portugal à Espanha durante sessenta anos e as guerras que se seguiram à Restauração:

- Desemprego;
- Desfalque de gente dos campos devido à emigração para as colónias, ou à fuga para as cidades, ou por causa das guerras;
- Demasiada pobreza geral;
- Existência de muitos vadios, criados, falsos religiosos;
- Exército demasiado numeroso;
- Grandes grupos sociais que viviam à custa de outros;
- Existência de muitos escravos.

Esta situação preocupava os governantes que se viram muitas vezes obrigados a legislar no sentido de fazer voltar ao trabalho os vadios, os falsos religiosos, letrados pobres e prostitutas.

Como se bastasse legislar para resolver os problemas sociais!

Por isso as várias tentativas para pôr em prática tal legislação nunca deram os resultados desejados.

A paz com a Espanha foi assinada em 1668. Apesar disso a situação das classes mais desfavorecidas não se modificou. A guerra não provocara mudanças sociais que permitissem a melhoria das condições de vida do povo. Se houera oportunidades as «gentes» não souberam aproveitá-las.

As modificações sociais ir-se-ão dar muito mais tarde por acção da burguesia que, pela força do dinheiro conseguiu modificar as relações sociais a seu favor, apoderar-se do poder político e surgir como classe superior baseada na posse dos meios de produção e na exploração do trabalho humano.

DIAMANTINO TRINDADE

NORMAS DE HIGIENE

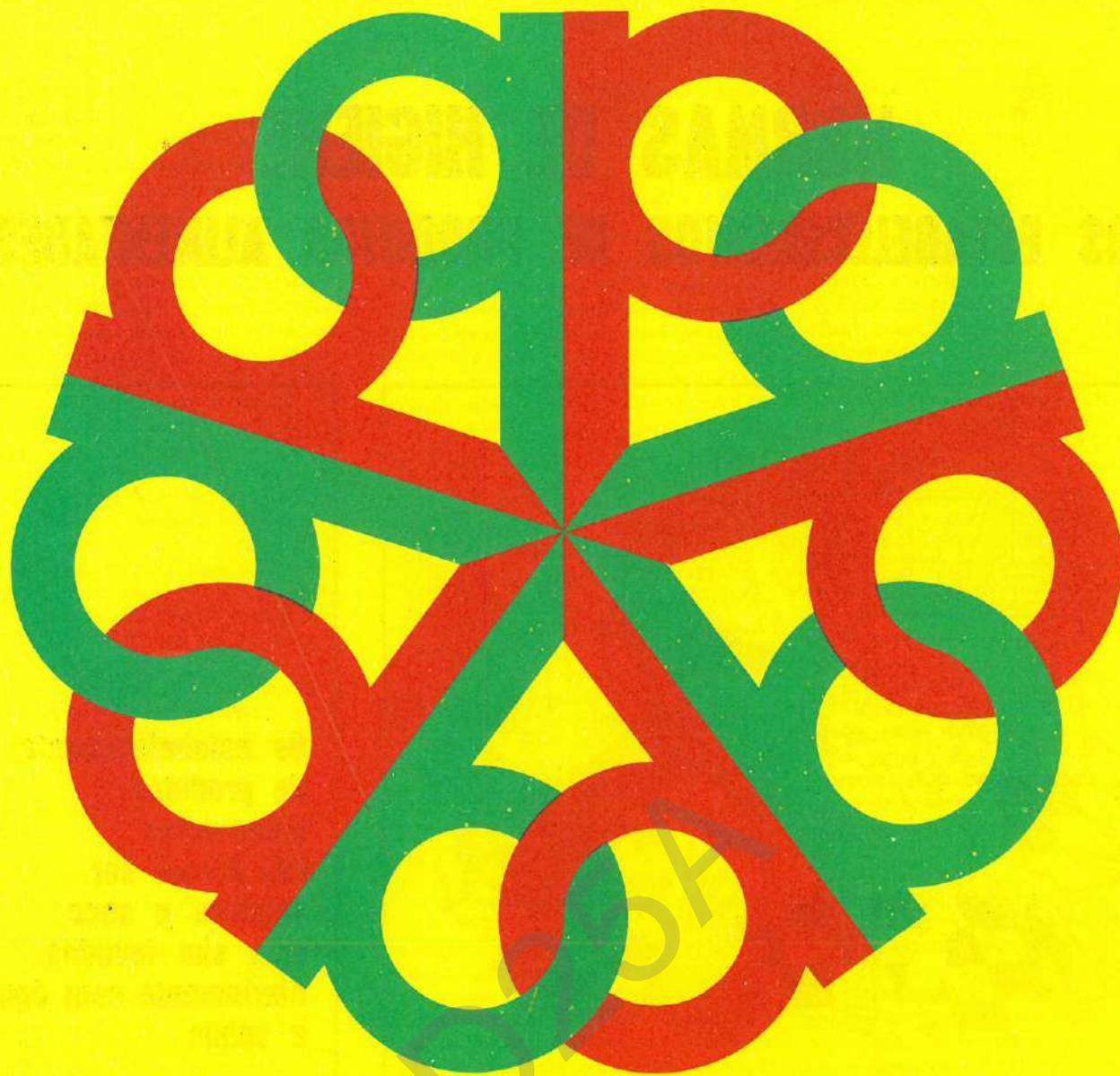
DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS ALIMENTARES



Os estabelecimentos de produtos alimentares não devem ser varridos a seco, mas sim lavados diariamente com água e sabão



Não é permitida a presença de animais domésticos nos estabelecimentos de venda de produtos alimentares, como também não é permitido o abate de animais nesses estabelecimentos



**PODER
POPULAR**

**UNIDADE
REVOLUCIONARIA**



MFA - DINAMIZAÇÃO CULTURAL • ACÇÃO CÍVICA

COMISSÃO DINAMIZADORA
CENTRAL